



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL - 2ª REGIÃO



EDITAL DE LICITAÇÃO SIGA Nº TRF2-EDT-2024/00173 de 5 de setembro de 2024

COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Rua Acre, 80 – sala 1704 – Centro/Rio de Janeiro – CEP: 20.081-000

Telefone: 2282-8682 / 2282-8016

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90085/2024

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Proc. nº TRF2-EOF-2024/0012

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº TRF2-PSG-2023/00547 de 27/11/2023, torna pública a abertura do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços**, do tipo menor preço, modo de disputa aberto, realizado por meio da *internet*, no sítio **www.gov.br/compras**. O certame será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

Data: 23 de setembro de 2024

Horário (de Brasília): 13:00 horas

Local: www.gov.br/compras

Alerta-se para que a empresa licitante analise detalhadamente o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento. A prática injustificada de atos tais como: não manter a proposta e deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante a sanções, apuradas em regular processo administrativo

Fazem parte deste Edital:



TRF2EDT202400173A

Anexo I - Termo de Referência;

Anexo II – Planilha de Preços;

Anexo III – Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021;

Anexo IV - Declaração conforme artigo 2º, inciso VI, da Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016;

Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo VI - Minuta de Termo de Contrato

1 - OBJETO: A presente licitação tem por objeto a **Aquisição de licenças de subscrição dos softwares de virtualização de servidores, redes e de armazenamento do fabricante VMWARE, garantindo o direito ao suporte técnico, à atualização de versões e de correções de segurança dos produtos junto ao fabricante, pelo prazo de 60 meses, através do Sistema de Registro de Preços**, conforme especificações estipuladas no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

1.1 - Atuará como órgão gerenciador o Tribunal Regional Federal da 2ª Região e como partícipes os seguintes órgãos, conforme discriminado no item 1.3.2 do Termo de Referência: CJF, TRF3, TRF4, JFRS, JFSC, TRF5, TRF6, JFPE, JFCE, JFAL, JFPB, JFRN, JFSE, SJRJ.

1.2 - O objeto desta licitação é composto por **09 (nove)** itens, que poderão ser adjudicados a mais de uma licitante.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atenderem às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estiverem devidamente credenciadas no Sistema de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e no sítio **www.gov.br/compras**.

2.1.1.1 – A obtenção dos benefícios contemplados na Lei Complementar nº 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.

2.2.1 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

2.3 - Não poderão participar:

2.3.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;

2.3.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;

2.3.3 - Empresas que estejam sob falência, em processo de dissolução ou liquidação, bem como pessoas físicas com decretação de insolvência civil;

2.3.4 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

2.3.5 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de impedimento do direito de licitar, no âmbito da administração pública direta e indireta da União Federal;

2.3.6 - Empresas proibidas de contratar com o poder público, nos termos do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, (Lei de Improbidade Administrativa), com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, observada também a inclusão operada pela Lei Complementar nº 157/2016.

2.3.7 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.8 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do artigo 72, §8º, V, da Lei nº 9.605/1998.

2.3.9 - Empresas proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.

2.4 – Salvo vedação devidamente justificada, poderão participar da licitação pessoas jurídicas em consórcio, desde que comprovado o compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, havendo de ser observado o disposto no artigo 15 da Lei nº 14.133/2021.



2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.

2.6 - Todas as fotocópias de documentos deverão ser apresentadas de forma legível, com os originais para conferência ou com declaração de autenticidade firmada por advogado, sob sua responsabilidade pessoal, ou, ainda, autenticadas, de forma física ou digital, por Tabela de Notas;

2.6.1 - O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

2.7 - A entrega da proposta implica os seguintes compromissos por parte da licitante:

2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação e assumir a responsabilidade pela veracidade das informações prestadas.

2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciada no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do sítio **www.gov.br/compras**.

3.2 - O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

3.4 - Caberá à licitante interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:

3.4.1 - Credenciar-se previamente no SICAF ou no sistema eletrônico utilizado no certame;

3.4.2 - Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;

3.4.3 - Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.



4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a sessão pública do pregão eletrônico via *internet*, com a divulgação das propostas de preços recebidas, que deverão estar em perfeita consonância com as exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, devidamente publicados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

4.2 - A participação no pregão eletrônico ocorrerá por meio da digitação da senha privativa da licitante e envio de PROPOSTA, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de divulgação deste Edital, contendo a descrição do objeto ofertado e o preço, conforme modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II, deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.

4.3 - Caberá à(s) licitante(s) acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em caso de inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser encaminhada em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricada em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

5.1.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;

5.1.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;

5.1.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;

5.1.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a **assinar a Ata de Registro de Preços /Contrato**, assim como o telefone e e-mail para contato;

5.1.5 - Preços unitário e total, em algarismo e por extenso, em moeda nacional, com no máximo duas casas decimais, conforme Modelo de Planilha de Preços, constante do Anexo II do Edital;

5.1.5.1 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim, todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

5.1.6 - **Descrição integral das características técnicas do(s) produtos(s) cotados(s)**, obedecidas as especificações e exigências constantes do Termo de Referência - Anexo I deste Edital, bem como a MARCA (e modelo, se houver);



5.1.6.2 - Em caso de licitações por lote ou por valor total cujo objeto seja detalhado em subitens, conforme constante no Anexo II deste edital, deverá ser observado na proposta o valor estimado em cada uma das frações de preço;?

5.1.7 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão pública deste Pregão eletrônico;

5.1.8 - **Prazo de entrega/execução**, que deverá ser de, no máximo **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da nota de empenho/assinatura do contrato pelo Contratante;

5.1.9 - **Prazo de vigência da Ata de Registro de Preços**: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do TRF - 2ª Região, desde que comprovado que o preço é vantajoso;

5.1.10 - **Prazo de vigência do contrato**: inicia-se no 1º dia útil subsequente à data de assinatura do contrato, inclusive, estendendo-se até o último dia da vigência da subscrição do(s) produto(s).

5.1.11 - **Prazo de vigência da subscrição, em cada fornecimento**: mínimo de **60 (sessenta) meses**;

5.1.12 – Os prazos serão contados a partir da data do recebimento definitivo dos materiais, prevalecendo o prazo de garantia/validade fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso seja maior.

5.1.13 - Durante o período da vigência, a CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

5.1.14 - O prazo de garantia/validade deverá ser integral, devendo cobrir qualquer defeito de fabricação, quando em condições normais de uso;

5.2 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.1.7 a 5.1.11, considerar-se-ão os prazos previstos neste Edital.

5.3 - Depois de solicitada pelo Pregoeiro no sistema eletrônico a proposta de preços da empresa vencedora, contendo descrição do objeto ofertado, deverá ser atualizada e assinada, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou o valor negociado, e enviada, juntamente com os documentos complementares, quando necessários, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação e/ou inabilitação, por meio do Sistema *Compras.gov.br*.

5.3.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O Pregoeiro poderá estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos complementares de habilitação.



5.4 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.5 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.6 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos produtos/serviços no *Compras.gov.br* e o disposto no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, a(s) licitante(s) deverá(ão) obedecer a este último.

5.7 - Serão desclassificadas as propostas que:

5.7.1 - contiverem vícios insanáveis;

5.7.2 - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

5.7.3 - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

5.7.3.1 - Nesta hipótese, será facultado à licitante o prazo de até 5 (cinco) dias, contados da intimação, para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta.

5.7.4 - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.7.5 - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

6.2 - O Pregoeiro poderá solicitar pareceres de servidores técnicos do TRF - 2ª Região ou, ainda, de especialistas pessoas físicas ou jurídicas, para orientar sua decisão.

6.3 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.



6.4 - Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.5 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a planilha de composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo TRF - 2ª Região.

6.6 - Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

6.7 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivas ou inexequíveis;

6.8 - O Pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir das licitantes que ela seja demonstrada, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.9 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe ao autor da proposta, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação.

6.10 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no artigo 25 do Decreto nº 11.462/2023.

6.10.1 - Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata, facultando-se à Administração, independentemente do cancelamento da Ata e a qualquer tempo, iniciar outro processo licitatório.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

7.1 - A partir do horário previsto no Instrumento Convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no Edital.

7.2 - A licitante deverá enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor unitário do item que estiver cotando**, conforme modelo de planilha constante do Anexo II, sob pena de desclassificação.

7.3 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.4 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no Edital.



7.5 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por elas ofertado e registrado no sistema.

7.6 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.7 - A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de dez minutos, sendo prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.7.1 - A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem 7.7, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.7.2 - Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 7.7 e no subitem 7.7.1, a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.7.3 - Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 7.7.1, o Pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa e com o assessoramento da equipe de apoio.

7.7.4. A diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 0,01 (um) centavo, tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

7.8 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.8.1 - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

7.9 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas no artigo 156 da Lei nº 14133/2021.

7.10 - Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro poderá admitir o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

7.11 - Após o encerramento da etapa competitiva, as licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da licitante mais bem classificada.



7.12 - A apresentação de novas propostas na forma dos subitens 7.10 e 7.11 não prejudicará o resultado do certame em relação à licitante mais bem classificada.

7.13 - Definido o resultado do julgamento, após realizados os procedimentos previstos no item 8, quando couber, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

7.13.1 - A negociação poderá ser feita com as demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pelo TRF - 2ª Região.

7.13.2 - Após concluída a negociação, o resultado será divulgado a todas as licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

8 - DO PROCEDIMENTO

8.1 - Aberta a sessão pública, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não atenderem aos requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.

8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR VALOR UNITÁRIO**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.

8.3 - Definidas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, que prosseguirá com o envio de lances pelas licitantes exclusivamente pelo sistema eletrônico.

8.3.1 - Na hipótese do certame não ser exclusivo para microempresa ou empresa de pequeno porte, após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma;

8.3.2 - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será aceita sua proposta e habilitada como licitante vencedora;

8.3.3 - Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.3.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;



8.3.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 8.3.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

8.3.5 - A obtenção de benefícios a que se referem os subitens anteriores fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.3.6 - Não são aplicadas as disposições constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123 /2006 ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

8.4 - Na hipótese de não contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.5 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, será utilizado o seguinte critério de desempate:

8.5.1 - Disputa final, hipótese em que as licitantes empatadas poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.6 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.6.1 - Empresas estabelecidas no Estado do Rio de Janeiro;

8.6.2 - Empresas brasileiras;

8.6.3 - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.6.4 - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.7 – Tendo em vista que os incisos II a IV do artigo 60 da Lei nº 14.133/21, que trata dos critérios de desempate, ainda dependem de maior regulamentação, fica estabelecido que, aplicado o inciso I do referido artigo e persistindo o empate, serão as empresas convocadas para um sorteio eletrônico, a ser realizado no site <https://sorteador.com.br>. Para tal o pregoeiro, no chat, informará a data, horário e local para possibilitar a presença dos interessados.



8.7.1 – Ainda que não haja o comparecimento de interessados, o sorteio eletrônico ocorrerá na data e horários previamente marcados.

8.7.2 – O relatório do sorteio eletrônico será anexado aos autos do processo administrativo e divulgado aos licitantes por meio do Portal de Compras do Governo Federal.

8.8 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, os demais procedimentos previstos neste item 8, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste Edital.

8.9 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR VALOR UNITÁRIO** para o item /lote que estiver cotando, observadas as exigências constantes deste Edital.

8.10 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

8.11 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.

8.12 - O Pregoeiro poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação na fase de julgamento, devendo as licitantes atender às solicitações no prazo estipulado, contado do recebimento da convocação.

8.12.1 - Não será permitida a substituição ou apresentação de novos documentos em sede de diligência, salvo para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados ou atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento da proposta.

8.13 - No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.14 - O pregoeiro, constatando o atendimento às exigências fixadas no Edital, aceitará a proposta mais bem classificada e habilitará a licitante.

8.15 - Após, a autoridade superior adjudicará o objeto e homologará o certame.



9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência da sanção que impeça a participação no certame ou futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ.

9.1.1 – Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidões-afp.apps.tcu.gov.br/>);

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

9.1.3 - Constatada a existência das sanções previstas no artigo 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

9.2 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

9.2.1 - Registro comercial, no caso de empresa individual;

9.2.2 – Certificado de Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, no caso de microempreendedor individual;

9.2.3 - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, além de CPF do representante legal, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.4 - Compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, e indicação da empresa líder do consórcio .

9.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA



9.3.1. - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

9.3.2 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.3.3 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, alteradas pelas Portarias Conjuntas PGFN/RFB nºs 1821/2014, 1400/2015, 3193/17, 682/2019, 103/2021 e Portaria nº 20/2023);

9.3.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;

9.3.6 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;

9.3.7 - Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, dentro da validade, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440/2011;

9.3.8 - A consulta *on-line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.

9.3.9 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via sistema, a documentação atualizada, quando solicitada pelo Pregoeiro.

9.3.10 - O registro regular e atualizado no SICAF supre, no que couber, as exigências previstas nos subitens 9.3.1 a 9.3.7 (exceto o subitem 9.3.2).

9.4 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas, ainda, as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema *Compras.gov.br*, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:

9.4.1 - Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, sendo que a licitante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.4.2 - Declaração da licitante de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte e que atende, sob as penas da lei, aos requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios estabelecidos nos artigos 42 e 43 da referida Lei;



9.4.3 - Declaração referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal;

9.4.4 - Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e reabilitado da Previdência Social.

9.4.5 - Declaração de inexistência de fato superveniente.

9.4.6 - Declaração independente de proposta.

9.4.7 - Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.4.8 - Para fins de habilitação, a verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.4.9 - Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus anexos.

9.4.10 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, as microempresas e empresas de pequeno porte terão assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da divulgação do resultado da fase de habilitação, prorrogável por igual período, a critério do TRF – 2ª Região, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.4.11 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.4.10, implicará inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, visando ao prosseguimento do certame, ou propor a revogação deste Pregão.

9.5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.5.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

9.5.1.1 - A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, atestando que a licitante forneceu qualquer dos itens desta contratação ou de produtos VMware similares;



9.5.1.1.1. Entende-se por “similares” especificados no item anterior, qualquer um dos seguintes produtos Vmware, em modelo de licenciamento perpétuo ou por subscrição: Cloud Foundation; Vsphere Enterprise;. Vsphere Enterprise Plus; vCenter Standart; vCenter Foundation; vSAN; Site Recover Manager;

9.5.1.1.1 - Juntamente ao(s) atestado(s) deve(m) ser fornecido(s) nome, telefone do emissor do atestado e da área técnica autorizada a responder diligências.

9.5.1.2 - No caso de entidades públicas da Administração Direta ou Indireta será admitida a comprovação mediante a apresentação de Contrato ou Nota de Empenho.

9.5.2 - Em caso de apresentação de atestado de desempenho anterior, emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte a licitante, é necessário que o atestado ou o contrato de constituição do consórcio identifique a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, havendo de ser adotados os seguintes critérios de avaliação na hipótese:

9.5.2.1 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

9.5.2.2 - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado, de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

9.5.2.2.1- Na hipótese do subitem 9.5.2.2, caso o consorciado não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio, de modo a comprovar sua participação

9.5.3 - A Administração poderá realizar as diligências necessárias, solicitando documentos ou realizando visitas na sede ou na filial da licitante, em entidade pública ou privada, com o objetivo de comprovar a veracidade das informações apresentadas.

9.6 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

9.6.1 - Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativos aos dois últimos exercícios sociais, assinados pela ou pelo representante legal e pela ou pelo contabilista responsável, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.



9.6.1.1 - Os documentos referidos no subitem anterior limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de dois anos.

9.6.1.2 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.6.2 - Apresentação de Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, datadas de até 90 (noventa) dias anteriores à apresentação da proposta de preços.

9.6.3 - Os documentos exigidos nos subitens 9.6.1 deverão comprovar:

9.6.3.1 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1;

9.6.3.1.1 - A comprovação dos índices econômicos pode ser substituída pelos registros respectivos consignados no SICAF ou por declaração assinada por profissional habilitado da área contábil.

10 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes do fornecimento objeto deste Registro de Preços correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento deste TRF - 2ª Região, e de cada órgão participante da ata de registro de preços, na época da realização da despesa.

PROGRAMA DE TRABALHO	PTRES	ELEMENTO DE DESPESA
02.061.0033.4257.6013	168.420 e 213.169	3.3.90.40.06 e 3.3.90.40.07

11 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

11.1 – O esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como as informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgados no sítio do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção “Transparência e Prestação de Contas/ Gestão das Contratações e Aquisições / Licitações e contratos / licitações em andamento”, e no sítio: www.gov.br/compras, na opção “visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos”, ficando as licitantes obrigadas a acessá-los para conhecimento das informações lançadas pelo Pregoeiro.

11.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste Pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao Pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br , até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no horário de 12h às 17h. Os telefones de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.

11.3 - Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do Edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no Edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.



11.4 - A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

11.5 - Acolhida a impugnação do Edital, será designada nova data para a realização do certame.

12 - DOS RECURSOS

12.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2 - A falta de manifestação imediata da(s) licitante(s) quanto à intenção de recorrer importará a preclusão do direito de recurso, podendo o Pregoeiro aceitar a proposta e habilitar a(s) licitante(s) vencedora(s).

12.3 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

13.1 - Após a homologação do resultado do julgamento, a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, constante do Anexo V deste Edital, podendo, posteriormente, ser convocada para retirar nota de empenho/assinar contrato, preferencialmente junto à Divisão de Contratos, na Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário de 12h às 17h.

13.1.1 - A Ata de Registro de Preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

13.2 - A convocação de que trata o subitem 13.1 deverá ser atendida, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez, mediante solicitação apresentada dentro do prazo e devidamente justificada pela licitante, que deverá ser aceita pelo TRF - 2ª Região, sob pena de decair do direito a ter o seu preço registrado, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei 14.133/2021.



13.3 - No ato da assinatura da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, será verificada a regularidade da empresa, mediante consulta *on-line* junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), bem assim emitidas certidões negativas de inidoneidade e de impedimento, regularidade que deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do Contrato.

13.4 - Ao assinar a Ata de Registro de Preços, o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os produtos/equipamentos/serviços a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste instrumento convocatório.

13.4.1 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

13.4.2 - A contratação com os fornecedores registrados na Ata será formalizada pelo Órgão ou entidade interessada por meio de contrato ou emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil, os quais deverão ser assinados no prazo de vigência da ata de registro de preços.

13.4.3 - O TRF - 2ª Região não está obrigado a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.4.4 - Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, nos termos do artigo 124, da Lei nº 14.133/2021.

13.4.5 - A vigência dos contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços será extensiva à data de assinatura do Termo de Recebimento Definitivo a que alude o subitem 16.1.2.

13.5 - Desde que atendidos os pressupostos da lei, será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens/serviços com preços iguais aos da licitante vencedora, seguido pelas licitantes que mantiveram sua proposta original, segundo a ordem de classificação baseada na última proposta apresentada durante a fase competitiva, que deverá ser observada para fins de eventual contratação.

13.6 - É facultado ao TRF - 2ª Região, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços nos prazos e condições estabelecidos, ou recusar-se a retirar a nota de empenho, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada.

13.6.1 - Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar os bens/serviços com preços iguais aos da adjudicatária anuir a contratação, serão convocadas as licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, ainda que acima do preço da adjudicatária.



13.6.2 - Caso frustrada a negociação de melhor condição, nos termos do subitem 13.6.1, será realizada a adjudicação e firmado o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação.

13.7 - A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas em lei.

13.8 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

13.8.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do presente Edital, a qual será entregue no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços/do Contrato.

13.9 - Será admitida a subcontratação dos serviços de Suporte Técnico, descritos e conforme disposições constantes no item 24 do Termo de Referência - Anexo I deste Edital, desde que a prestação de tais serviços seja realizada por meio do FABRICANTE do software.

14 - DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1 - O TRF - 2ª Região é o Órgão gerenciador responsável pela condução dos procedimentos de registro de preços e pelo gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente, cuja vigência será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, prorrogável por igual período, a critério do TRF- 2ª Região, desde que comprovado o preço vantajoso.

14.2 - Após a assinatura da Ata de Registro de Preços, o TRF - 2ª Região designará servidor/equipe para exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato.

14.3 - O fornecedor registrado terá seu registro cancelado quando:

14.3.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

14.3.2 - Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo TRF - 2ª Região, sem justificativa razoável;

14.3.3 - Não aceitar manter o preço registrado, na hipótese de indeferimento de pedido de alteração, nos termos do artigo 27, §2º, do Decreto nº 11.462/2023;



14.3.4 – Sofrer sanção prevista no artigo 156, incisos III ou IV, da Lei nº 14.133/2021;

14.3.4.1 - Caso a penalidade não ultrapasse o prazo de vigência da Ata, o Órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.4 - O cancelamento do registro do fornecedor será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão gerenciador, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

14.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.6 - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Órgão gerenciador na Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

14.6.1 - Existência de razões de interesse público, devidamente comprovadas e justificadas;

14.6.2 - Comprovação de que o fornecedor está impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, devido à ocorrência de caso fortuito ou de força maior.

14.6.3 - Ausência de êxito nas negociações para adequação do preço registrado ao preço praticado pelo mercado, nos termos do artigo 26 §3º, e do artigo 27 §4º, do Decreto nº 11.462/2023.

14.7 - As quantidades previstas para os itens com preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser remanejadas pelo Órgão gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e os órgãos da Administração Pública Federal não participantes do registro de preços, da seguinte forma.

14.7.1 - de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

14.7.2 - de órgão ou entidade participante para órgão da Administração Pública Federal não participante.

14.8 - O Órgão gerenciador será considerado participante para fins do remanejamento de que trata o subitem 14.7, na hipótese de haver estimativa das quantidades que pretende contratar;

14.9 - Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão da Administração Pública Federal não participante, serão observados os limites previstos nos subitens 15.2 e 15.3.



14.10 - O remanejamento de que trata o subitem 14.7 deve ser solicitado pelo órgão interessado e autorizado pelo Órgão gerenciador, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência deste(a).

14.11 - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens

15 - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - Os órgãos **da Administração Pública Federal** que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

15.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

15.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

15.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

15.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme subitem 15.4.

15.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, por órgão da Administração Pública Federal, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes.

15.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o subitem 15.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos da Administração Pública Federal não participantes que aderirem. (artigo 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 32, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023)

15.3.1 - O limite referenciado no subitem 15.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.462/2023.

15.4 - Os órgãos da Administração Pública Federal que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 15.1.3;



15.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

15.5.1. - A concordância do fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata firmada com o TRF - 2ª Região.

15.6 - Ao órgão da Administração Pública Federal não participante que aderir à Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

15.7 -O órgão da Administração Pública Federal não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

15.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

15.9 – É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

15.10 - O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos neste Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1 - Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 16.133/2021 e com a IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, o objeto do contrato será recebido da seguinte forma:

16.1.1 - Provisoriamente - pelo Fiscal Técnico, mencionado no subitem 16.6, imediatamente depois de efetuada a entrega das licenças, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificidades do Pregão.

16.1.2 - Definitivamente - Pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.



16.1.2.1 – O atesto será lavrado na mesma data do recebimento definitivo, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratuais previstas.

16.2 – Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

16.3 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que o objeto está em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

16.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do TRF da 2ª Região, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

16.5 - O aceite/aprovação do (s) produto(s)/serviço(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF - 2ª Região as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990;

16.6 - O Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.

17 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1 – O pagamento será efetuado após a entrega das licenças, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos) ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

17.1.1 – A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação;

17.1.2 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes;



17.1.3 - Para fins do disposto no subitem 17.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

17.2 - No TRF2, o documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário das 12:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira, em 02 (duas) vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br.

17.2.1 - Nos órgãos partícipes os documentos fiscais serão entregues conforme descrito no item 28.2 do Termo de Referência.

17.2.3 - A entrega será realizada conforme consta no item 18 do Termo de Referência.

17.2.3.1 - No TRF2, a entrega será realizada por mensagem eletrônica para siti@trf2.jus.br com cópia para tsseinf@trf2.jus.br e sered@jfes.jus.br e nos demais órgãos partícipes, conforme descrito no item 18 do Termo de Referência.

17.3 - A Contratada que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal;

17.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234, de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nºs 1.540/2015, 1.552/2015, 1.636/2016, 1.663/2016, 2.108/22 e 2.145/23.

17.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas;

17.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;

17.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 17.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

17.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do artigo 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.

17.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 17.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.



17.7.2. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1 - São obrigações da Contratada, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):

18.1.1 – Responder por perdas e danos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

18.1.2 – Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências do Contratante;

18.2 – O Contratante não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros;

18.3 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

19 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

19.1 - São obrigações do Contratante, além das constantes no Anexo I deste Edital (Termo de Referência):

19.1.1 – Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;

19.1.2 – Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado;

19.1.3 – Acompanhar, fiscalizar e avaliar o fornecimento do(s) produto(s)/material(is) objeto do Contrato;

19.1.4 – Comunicar oficialmente à Contratada qualquer falha ou irregularidade verificada no cumprimento do Contrato, determinando, de imediato, a adoção de medidas necessárias à solução dos problemas;

19.1.5 – Facilitar o acesso da Contratada para a consecução do objeto do Contrato;



19.1.6 – Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, pertinentes ao objeto, para a fiel execução do avençado;

19.1.7 – Solicitar reparo, correção, remoção ou substituição do(s) produto(s)/material(is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

19.1.8 – Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

19.1.9 - Recusar o recebimento do material que esteja em desconformidade com as especificações constantes da proposta apresentada pela Contratada.

20 - DAS SANÇÕES

20.1 - Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a licitante ou a Contratada será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:

20.1.1 - der causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2 - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3 - der causa à inexecução total do contrato;

20.1.4 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

20.1.5 - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.1.6 - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.7 - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

20.1.8 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

20.1.9 - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



20.1.10 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

20.1.11 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

20.1.12 - praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

20.2.1 - **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

20.2.2 - **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ;

20.2.3 - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, pelo prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.1.8, 20.1.9, 20.1.10, 20.1.11 e 20.1.12 acima, bem como nos subitens 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 20.2.2.

20.2.3.1 - Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.2.4 - **Multa:**

20.2.4.1 - No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

20.2.4.2 - No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a Contratada estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

20.3 - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante .

20.4 - Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa .

20.4.1 - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;



20.4.2 - O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à Contratada;

20.4.3 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial;

20.4.4 - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.4.5 - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no valor compreendido entre 0,5% e 30%, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

20.4.6 - Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do Contratante.

20.5 - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

20.6 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.7 - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.



20.8 - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.9 - O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

20.10 - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.

20.11 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21 - DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 - Os prazos de adimplemento das obrigações contratuais admitem prorrogação, observadas as condições especificadas no artigo 107 da Lei nº 14.133/2021, devendo a solicitação dilatória ser fundamentada por escrito e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, bem como apresentada contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

21.2 - O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal do TRF - 2ª Região, nos casos enumerados nos artigos 137 e 138, inciso I e § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

21.2.1 - Em caso de rescisão unilateral, o TRF - 2ª Região poderá convocar as demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, observados os critérios estabelecidos nos §§ 2º e 4º do artigo 90 da Lei nº 14.133/2021.

21.3 - Fica assegurado ao TRF - 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:

21.3.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos sítios: www.trf2.jus.br, opção "Transparência e Prestação de Contas / gestão das contratações e aquisições / licitações, compras, contratos e atas de registro de preços / licitações em andamento", e www.gov.br/compras, opção "visualizar/ Impugnações/ Esclarecimentos / Avisos", e comunicando às empresas, com a antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data inicialmente marcada;



21.3.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, assegurada a prévia manifestação dos interessados, nos termos do artigo 71, incisos II e III, da Lei nº 14.133 /2021;

21.3.3 - Alterar, dando ciência aos interessados, as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.

21.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente.

- assinado eletronicamente -
FERNANDA DE ANDRADE VECCHI
Coordenador(a)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/202X
Processo nº TRF2-EOF-2024/00012
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 1.1. Registro de preços para eventual aquisição de licenças de subscrição dos softwares de virtualização de servidores, redes e de armazenamento do fabricante VMWARE, garantindo o direito ao suporte técnico, à atualização de versões e de correções de segurança dos produtos junto ao fabricante.
- 1.2. A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, por mais 1(um) ano, desde que comprovado preço vantajoso (nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021).
- 1.3. A futura Ata de Registro de Preços deverá ser integrada pelos seguintes órgãos e entidades:

1.3.1. DO ÓRGÃO GERENCIADOR:

1.3.1.1. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO (TRF2)

UASG: 090028
CNPJ: 32.243.347/0001-51
Rua Acre, 80, sala 604 (LICITAÇÃO) – Centro – Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20081-000
SITE: www.trf2.jus.br
Coordenadoria de Licitações: (21) 2282-8016 / 8682 (12 às 17h)
E-mail: cpl@trf2.jus.br

1.3.2. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

1.3.2.1. CJF – CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

UASG: 090026
CNPJ 00.508.903/0001-88
SCES - Setor de Clubes Esportivos Sul - Trecho 3 - Polo 8 - Lote 9
CEP: 70.200-003 – Brasília/DF
SITE: www.cjf.jus.br
Telefone (21) 3022-7000 (12 às 17h)
Licitações:
E-mail: sei-selita@cjf.jus.br

1.3.2.2. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO (TRF3)

UASG: 090029
CNPJ: 59.949.362/0001-76
Av. Paulista, 1842, Edf. Torre Sul, Cerqueira Cesar
CEP: 01.310-936 - São Paulo/SP
SITE: www.trf3.jus.br
Divisão de Compras e Licitações: (11) 3012-1007
E-mail: dili@trf3.jus.br

1.3.2.3. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO (TRF4)

UASG: 090030
CNPJ: 92.518.737/0001-19
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - Vmware.docxp. 1



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12,
FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA
- Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

Bairro Praia de Belas
Porto Alegre/RS
CEP: 90010-395
SITE: www.trf4.jus.br
Telefone Geral: (51) 3213-3000
E-mail: dlc@trf4.jus.br

1.3.2.4. JUSTIÇA FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (JFRS)

UASG: 090020
CNPJ: 05.442.380/0001-38
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600
Bairro Praia de Belas
Porto Alegre – RS
CEP: 90010-395
SITE: www.jfrs.jus.br
Telefone: (51) 3214-9016
E-mail: licitacao@jfrs.jus.br

1.3.2.5. JUSTIÇA FEDERAL DE SANTA CATARINA (JFSC)

UASG: 090019
CNPJ: 05.427.319/0001-11
Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4810
Bairro Agronômica
Florianópolis – SC
CEP: 88025-255
SITE: www.jfsc.jus.br
Telefone: (48) 3251-2559/2593
E-mail: pregoeiro@jfsc.jus.br

1.3.2.6. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO (TRF5)

UASG: 090031
CNPJ: 24.130.072/0001-11
Casa do Apolo, s/n - Edifício Ministro Djaci Falcão
Bairro do Recife
Recife - PE
CEP: 50.030-908
Site: www.trf5.jus.br
Telefone: (81) 3425-9000
E-mail: nsgd@trf5.jus.br

1.3.2.7. JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO (JFPE)

UASG: 090009
CNPJ: 05.441.804/0001-40
Av. Recife, 6250
Bairro do Jiquiá
Recife - PE
CEP: 50.865-900
Site: www.jfpe.jus.br
Telefone Geral: (81) 3213-6000
E-mail: yuri.galindo@jfpe.jus.br

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - Vmware.docxp. 2



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12,
FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA
- Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 1.3.2.8. JUSTIÇA FEDERAL NO CEARÁ (JFCE)
UASG: 090006
CNPJ: 05.424.487/0001-53
Praça Murilo Borges, Centro
Fortaleza – CE
CEP: 60.035-210
Site: www.jfce.jus.br
Telefone Geral: (85) 3521.2500
E-mail: salatiel.filho@jfce.jus.br; luis@jfce.jus.br
- 1.3.2.9. JUSTIÇA FEDERAL EM ALAGOAS (JFAL)
UASG: 090010
CNPJ: 05.419.211/0001-87
Av. Menino Marcelo, s/n
Serraria
CEP: 57046-000
Site: www.jfal.jus.br
Telefone Geral: (82) 2122-4181
E-mail: licitacoes@jfal.jus.br
- 1.3.2.10. JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA (JFPB)
UASG: 090008
CNPJ: 05.433.643/0001-42
Rua João Teixeira de Carvalho, nº 480
Pedro Gondim - João Pessoa - PB
CEP: 58031-900
Site: www.jfpb.jus.br
Telefone Geral: (83) 3690-1000
E-mail: rui.leal@jfpb.jus.br; daniel.barbosa@jfpb.jus.br
- 1.3.2.11. JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE (JFRN)
UASG: 090007
CNPJ: 05.441.836/0001-45
R. Dr. Lauro Pinto, 245
Bairro Lagoa Nova
Natal/RN
CEP: 59.064-250
Site: www.jfrn.jus.br
Telefone Geral: (84) 4005-7400
E-mail: rocha@jfrn.jus.br
- 1.3.2.12. JUSTIÇA FEDERAL EM SERGIPE (JFSE)
UASG: 090011
CNPJ: 05.426.567/0001-48
Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500
Bairro Capucho
Aracaju/SE
CEP: 49.081-083
Site: www.jfse.jus.br
Telefone Geral: (79) 3216-2200
E-mail: arian.meneses@jfse.jus.br

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - Vmware.docxp. 3



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12,
FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA
- Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

1.3.2.13. SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO (SRJ)

UASG: 090016
CNPJ: 05.424.467/0001-16
Av. Almirante Barroso, 78, 11º andar
Centro
Rio de Janeiro/RJ
CEP: 20.040-009
Site: www.jfrj.jus.br
Telefone: (21) 3218-9767 / 9868 (12 às 17h)
E-mail: licitacoes@jfrj.jus.br

1.3.2.14. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 6ª REGIÃO (TRF6)

UASG: 090059
CNPJ: 47.784.477/0001-79
Av. Álvares Cabral, 1.805
Santo Agostinho
Belo Horizonte – MG
CEP: 30.170-008
Site: portal.trf6.jus.br
Telefone: (31) 3501-1300
E-mail: licitacao.mg@trf6.jus.br

2. DO MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS DISCRIMINADOS

- 2.1. A licitante deverá apresentar proposta de preços conforme modelo da Planilha de Formação de Preços a seguir, contendo a discriminação detalhada dos produtos/serviços ofertados, a vigência, os quantitativos, as unidades, o valor unitário e total, em moeda nacional brasileira, em algarismo e por extenso.
- 2.2. Na cotação de preços deverão estar inclusos todos os itens de custo e despesas, tais como materiais, serviços, transportes, embalagens, seguro, mão-de-obra, salários dos profissionais, impostos, encargos sociais, encargos tributários, taxas, fretes e as demais despesas que incidam direta ou indiretamente sobre os produtos, mesmo que não estejam relacionadas na proposta.

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - Vmware.docxp. 4



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12,
FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA
- Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

Item	Discriminação	Órgão	Qtd. por Órgão	Qtd. Total	Unidade	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Cloud Foundation (VCF) . Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF2	2000	19816	Core		
		CJF	2000				
		TRF3	1808				
		TRF4	1024				
		TRF5	2136				
		TRF6	1600				
		JFPE	1472				
		JFPB	256				
		JFSE	464				
		JFAL	512				
		JFCE	656				
		JFRN	864				
		JFRS	2000				
2	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware vSAN ADD-ON for VMware Cloud Foundation (VCF) e VMware Vsphere Foundation (VVF) . Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF2	520	1040	TiB		
		CJF	0				
		TRF3	0				
		TRF4	0				
		TRF5	0				
		TRF6	0				
		JFPE	0				
		JFPB	0				
		JFSE	0				
		JFAL	0				
		JFCE	0				
		JFRN	0				
		JFRS	0				
3	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Live Recovery Protected VM . Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF2	700	4275	VM	-	-
		CJF	1000				
		TRF3	0				
		TRF4	0				
		TRF5	625				
		TRF6	0				
		JFPE	625				
		JFPB	0				
		JFSE	0				
		JFAL	0				
		JFCE	625				

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 5



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12,
FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA
- Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

		JFRN	0				
		JFRS	0				
		JFSC	0				
		SJRJ	700				
4	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Firewall with Advanced Threat Prevention ADD-ON . Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF2	2000	18208	Core		
		CJF	2000				
		TRF3	1840				
		TRF4	0				
		TRF5	2136				
		TRF6	1600				
		JFPE	1472				
		JFPB	0				
		JFSE	0				
		JFAL	0				
		JFCE	2136				
		JFRN	0				
		JFRS	2000				
		JFSC	1024				
		SJRJ	2000				
5	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Avi Load Balancer Enterprise ADD-ON for VMware Cloud Foundation (VCF) e VMware Vsphere Foundation (VVF) . Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF2	30	144	Service Unit		
		CJF	30				
		TRF3	30				
		TRF4	0				
		TRF5	0				
		TRF6	0				
		JFPE	0				
		JFPB	0				
		JFSE	0				
		JFAL	0				
		JFCE	0				
		JFRN	0				
		JFRS	24				
		JFSC	0				
		SJRJ	30				
6	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Vpsphere Foundation (VVF) . Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF2	2000	9936	Core		
		CJF	0				
		TRF3	0				
		TRF4	0				
		TRF5	1344				
		TRF6	0				
		JFPE	1472				
		JFPB	256				

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 6



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12,
FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA
- Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

		JFSE	464				
		JFAL	512				
		JFCE	0				
		JFRN	864				
		JFRS	0				
		JFSC	1024				
		SJRJ	2000				
7	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Vsphere Standard . Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF2	800	2404	Core		
		CJF	0				
		TRF3	0				
		TRF4	0				
		TRF5	0				
		TRF6	0				
		JFPE	160				
		JFPB	384				
		JFSE	0				
		JFAL	0				
		JFCE	0				
		JFRN	160				
		JFRS	0				
		JFSC	100				
		SJRJ	800				
8	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Vsphere Essenciais Plus Kit (ES5+) . Kit per 96 Cores. Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF2	25	70	Kit		
		CJF	0				
		TRF3	0				
		TRF4	0				
		TRF5	0				
		TRF6	0				
		JFPE	0				
		JFPB	0				
		JFSE	0				
		JFAL	0				
		JFCE	0				
		JFRN	0				
		JFRS	0				
		JFSC	20				
		SJRJ	25				
9	Aquisição de serviços de suporte técnico assistido. Descrição: VMware Technical Adoption Manager 1 day per week . Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 26972	TRF2	1	17	Unidade		
		CJF	1				
		TRF3	1				
		TRF4	0				
		TRF5	2				

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - Vmware.docxp. 7



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12,
FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA
- Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

	TRF6	0				
	JFPE	2				
	JFPB	1				
	JFSE	2				
	JFAL	1				
	JFCE	2				
	JFRN	1				
	JFRS	1				
	JFSC	1				
	SJRJ	1				

3. DA JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. Tribunal Regional Federal da 2ª Região (órgão gerenciador) e SJRJ:
- 3.1.1. A presente demanda refere-se à aquisição de licenças de subscrição do software de virtualização de servidores, rede e armazenamento do fabricante Vmware com direito aos serviços de suporte e às atualizações de versão junto ao fabricante.
- 3.1.2. A virtualização é uma tecnologia que permite que um mesmo hardware possa ser utilizado por diversos sistemas operacionais simultaneamente. Dessa forma há uma racionalização do uso das capacidades de processamento, memória RAM, rede e armazenamento destes equipamentos. Isso viabiliza a redução no consumo de energia, refrigeração, espaço físico e demais custos financeiros. Trata-se, portanto, de contratação em estrita consonância com o Princípio da Promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável descrito no art. 5º da Lei 14.133/2021 e demais normativos vigentes sobre o assunto.
- 3.1.3. Neste ambiente virtual estão instalados diversos serviços de TI essenciais às atividades dos órgãos, tais como, servidores dos sistemas e-Proc e SIGA, alguns componentes do sistema ESOCIAL, servidores de e-mail, servidores de acesso à rede corporativa (Active Directory), servidores de resolução de nomes de domínio (DNS), solução de videoconferência, servidores de arquivos (áreas de rede compartilhadas), servidores de mídia, servidor de mensagens instantâneas, servidor de acesso remoto (Go Global) para o teletrabalho, servidores Web do site da JFES e Intranet, entre outros. A Plataforma de virtualização é destinada a promover a consolidação de recursos computacionais, facilitando o gerenciamento de infraestrutura, e dando sustentação a praticamente toda a infraestrutura dos serviços de TI, e o suporte do fabricante é essencial para a identificação e correção de problemas desconhecidos pela equipe de administração do ambiente.
- 3.1.4. Cabe considerar que o TRF2, assim como os demais órgãos participantes, já utiliza a plataforma de produtos do fabricante Vmware como ambiente de virtualização de ativos de TIC há anos. No entanto, este fabricante foi recentemente adquirido por outra empresa, que, por sua vez, reformulou toda a política de licenciamento e o portfólio de produtos anteriormente comercializados. (<https://news.vmware.com/company/vmware-by-broadcom-business-transformation>).
- 3.1.5. Assim sendo, deixou de existir a possibilidade de renovar as licenças que os órgãos da Justiça Federal já possuíam, restando apenas a opção de aquisição de novas licenças de subscrição como forma de manter o acesso aos serviços de suporte técnico e às atualizações dos softwares de virtualização que compõem o ambiente Vmware em uso por todos os partícipes.

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - Vmware.docxp. 8



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 3.1.6. De acordo com a reformulação implementada pelo fabricante, o modelo de licenciamento perpétuo deixou de existir, dando lugar ao modelo de licenciamento por subscrição. Em relação ao portfólio, alguns produtos passaram a ser comercializados de modo aglutinado, ou seja, em conjunto com outros produtos que anteriormente eram comercializados de forma independente. Diante de tais alterações e da necessidade de manter em funcionamento toda a infraestrutura virtual, o TRF2 e os demais partícipes, adequaram suas demandas de renovação dos licenciamentos que já possuíam e de novas aquisições de acordo com o novo portfólio de softwares e o novo modelo de licenciamento por subscrição comercializado pelo fabricante VMware.
- 3.1.7. Assim sendo, a presente contratação tem por objetivo manter o ambiente virtual de todos os órgãos partícipes, baseados em produtos VMware, em pleno funcionamento, garantindo a continuidade da prestação do serviço de suporte técnico e do direito de acesso às atualizações de versões, correções de erros e de falhas de segurança dos softwares da linha VMware.
- 3.2. Conselho de Justiça Federal (CJF):
- 3.2.1. O VMware Cloud Foundation é uma um conjunto de softwares (suíte), comercializada no modelo de Subscrição. A versão VCF inclui diversos módulos, listado a seguir: vSphere Enterprise Plus, vSAN Enterprise, NSX Enterprise Plus (Networking Only), Aria Suite Term Enterprise, Aria Ops for Networks Enterprise, HCX Enterprise, SDDC Manager, Tanzu Kubernetes Grid e vCenter Server Standard. Estes produtos são necessários para a continuidade do ambiente corporativo do Conselho da Justiça Federal, bem como para o ambiente da Nuvem Privada da Justiça – NUJUF.
- 3.2.2. O VMware Site Recovery Manager versão Enterprise é uma ferramenta de orquestração do processo de disaster recovery no ambiente da Nuvem Privada da Justiça Federal – NUJUF, sendo necessária para garantir a continuidade dos serviços e sistemas nacionais que rodam nesta plataforma, garantindo também a segurança dos dados e a resiliência do ambiente de TI. A versão Enterprise do SRM inclui diversas funcionalidade de Automate Orchestration of Failover and Failback: Automated Disaster Recovery Failover, Planned Data Center Migration, Automatic Protection of VMs, Stretched Storage Support, vSphere Replication Support e Orchestrated Cross-vCenter vMotion.
- 3.2.3. O VMware Firewall with VMware Advanced Threat Prevention é uma expansão de capacidade (add-on) para a Suíte VMware Cloud Foundation, ampliando as funcionalidades de segurança de rede do ambiente de virtualização. O produto permite as seguintes implementações de segurança: microsegmentation, distributed and gateway firewall, security intelligence, container security with Antrea, distributed and gateway IDS/IPS, network traffic analysis (NTA), network detection e response (NDR) e malware prevention and sandbox.
- 3.2.4. O VMware Avi Load Balancer Enterprise é uma solução avançada de balanceamento de carga que oferece uma série de recursos projetados para otimizar a distribuição do tráfego de rede e garantir alta disponibilidade e desempenho para aplicações web e serviços. Segue relação das principais funcionalidades, necessárias para implementação do alta disponibilidade dos sistemas e serviços críticos do CJF: balanceamento de carga inteligente, suporte multi-cloud e nuvem híbrida, automação e elasticidade, análise de desempenho e monitoramento e segurança avançada, otimização da distribuição de tráfego, alta disponibilidade, segurança aprimorada em ambientes de nuvem e on-premise.
- 3.2.5. O serviço VMware Technical Adoption Management 1 day per week é um serviço oferecido pela VMware que se concentra em fornecer orientação técnica e gerenciamento de adoção de suas soluções, dedicando um dia por semana para esta atividade.

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp.9



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 3.3. Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4)
- 3.3.1. Com o objetivo de assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços de Tecnologia da Informação (TI) oferecidos pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), apresentamos a seguir as justificativas e as motivações para a contratação das licenças da solução VMware, fundamental para a infraestrutura de virtualização de servidores que suporta nossos sistemas críticos.
- 3.3.2. A virtualização de servidores é uma tecnologia que tem permitido ao TRF4 maximizar a utilização dos recursos computacionais, criando uma camada de abstração sobre o hardware físico para executar múltiplos sistemas operacionais e aplicações de forma independente em um mesmo servidor físico. Desde 2006, essa tecnologia tem sido crucial para garantir altos índices de disponibilidade e desempenho dos serviços baseados em TI, suportando sistemas essenciais como o Processo Eletrônico (Eproc), SEI, SERH, serviço de diretórios, bancos de dados diversos, entre outros.
- 3.3.3. Devido à alta complexidade da infraestrutura e a criticidade dos dados gerenciados, a manutenção e expansão das licenças VMware se fazem necessárias para assegurar suporte técnico especializado, novas versões do software e acesso a correções (principalmente de Segurança da Informação). Isso é essencial para minimizar falhas e manter a estabilidade e segurança dos serviços de TI.
- 3.3.4. O ambiente computacional virtualizado provou sua eficácia, especialmente em situações emergenciais, como a rápida implantação do teletrabalho durante a pandemia de COVID-19. A agilidade e flexibilidade proporcionadas pela solução VMware foram fundamentais para manter a continuidade dos serviços jurisdicionais e administrativos.
- 3.3.5. A aquisição das subscrições da solução VMware permitirá à equipe de TI manter a solução atualizada, implementar melhorias e garantir níveis ótimos de serviço, segurança, desempenho e disponibilidade para os usuários.
- 3.3.6. Considerando o investimento inicial na tecnologia VMware, o domínio técnico adquirido pela equipe de TI, e os benefícios tangíveis obtidos, a manutenção desta solução de virtualização representa a alternativa mais vantajosa e econômica para a administração. Em contraste, a migração para uma nova solução demandaria investimentos significativos em equipamentos, infraestrutura, treinamento e implicaria riscos durante o processo de transição.
- 3.4. Justiça Federal de Santa Catarina (JFSC)
- 3.4.1. Com o objetivo de assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços de Tecnologia da Informação (TI) oferecidos pela JFSC, apresentamos a seguir as justificativas e as motivações para a contratação das licenças da solução VMware, fundamental para a infraestrutura de virtualização de servidores que suporta nossos sistemas críticos.
- 3.4.2. A solução adotada na JFSC, desde meados de 2006, tem desempenhado papel preponderante na manutenção dos altos índices de disponibilidade e performance dos serviços oferecidos, dando suporte a sistemas como o Processo Eletrônico, Serviço de Diretórios, Banco de Dados Mysql, Postgres e Microsoft SQL Server. Ademais, as ferramentas de virtualização possibilitam a disponibilização e gerenciamento do acesso remoto a servidores e magistrados, possibilitando o teletrabalho e o acesso via dispositivos móveis. Entretanto, dada a alta complexidade do software e a criticidade dos dados por ele gerenciados, bem como a necessidade de minimizar a ocorrência de falhas ou reduzir seu impacto na disponibilidade dos serviços, faz-se necessária a manutenção e expansão das licenças adquiridas pela Justiça Federal, provendo suporte técnico do fabricante e assegurando o acesso a correções e novas versões do produto, bem como a aquisição de novas licenças para suportar o crescimento do ambiente.

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 10



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 3.4.3. O ambiente computacional da JFSC tem se mostrado eficiente e eficaz diante dos desafios de adaptação e performance necessários ao bom desempenho da prestação jurisdicional deste órgão, mesmo diante de situações emergenciais, como foi o caso da implantação do Home Office para servidores e magistrados frente à pandemia do COVID-19. Como consequência, o suporte adequado e tempestivo ao uso dessas soluções tornou-se fator crítico para a manutenção da disponibilidade e estabilidade dos serviços de TI e do funcionamento deste órgão.
- 3.4.4. Trata-se de contratação essencial à continuidade dos serviços prestados pela TI da JFSC, objetivando manter os altos índices de disponibilidade dos serviços de TI ou restabelecer seu funcionamento o mais rápido possível, por meio de eficientes serviços de manutenção e suporte técnico do sistema operacional. Vale lembrar as vantagens conquistadas com a virtualização: redução do consumo de energia; diminuição do uso do espaço físico; redução de custos com hardware; alta disponibilidade; tolerância a falhas; melhor gerenciamento de capacidade; maior flexibilidade na gerência da infraestrutura de servidores; automação na entrega de servidores e aplicações e facilidade no processo de backup; dentre outros benefícios.
- 3.4.5. Com a aquisição das subscrições da solução VMWare, a equipe de TI tem condições de manter a versão estável mais recente da solução, implantar melhorias e correções disponibilizadas pelo fabricante e manter os níveis de serviço, segurança, desempenho e disponibilidade satisfatórios para usuários internos e externos à JFSC.
- 3.4.6. Considerando o investimento inicial na tecnologia VMWare, o domínio técnico adquirido pela equipe de TI, e os benefícios tangíveis obtidos, a manutenção desta solução de virtualização representa a alternativa mais vantajosa e econômica para a administração. Em contraste, a migração para uma nova solução demandaria investimentos significativos em equipamentos, infraestrutura, treinamento e implicaria riscos durante o processo de transição.
- 3.5. Justiça Federal do Rio Grande do Sul (JFRS)
- 3.5.1. Com o objetivo de assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços de Tecnologia da Informação (TI) oferecidos pela JFRS, apresentamos a seguir as justificativas e as motivações para a contratação e renovação das licenças da solução VMWare, fundamental para a infraestrutura de virtualização de servidores que suporta nossos sistemas críticos.
- 3.5.2. A virtualização de servidores é uma tecnologia que tem permitido ao órgão JFRS maximizar a utilização dos recursos computacionais, criando uma camada de abstração sobre o hardware físico para executar múltiplos sistemas operacionais e aplicações de forma independente em um mesmo servidor físico. Desde 2006, essa tecnologia tem sido crucial para garantir altos índices de disponibilidade e desempenho dos nossos serviços, suportando sistemas essenciais como o Processo Eletrônico, Serviço de Diretórios, e bancos de dados diversos.
- 3.5.3. Devido à alta complexidade da infraestrutura e a criticidade dos dados gerenciados, a manutenção e expansão das licenças VMWare se fazem necessárias para assegurar suporte técnico especializado, acesso a correções e novas versões do software. Isso é essencial para minimizar falhas e manter a estabilidade e segurança dos serviços de TI.
- 3.5.4. O ambiente computacional virtualizado provou sua eficácia, especialmente em situações emergenciais, como a rápida implantação do teletrabalho durante a pandemia de COVID-19. A agilidade e flexibilidade proporcionadas pela solução VMWare foram fundamentais para manter a continuidade dos serviços jurisdicionais e administrativos.
- 3.5.5. A aquisição das subscrições dos softwares VMWare permitirá à equipe de TI manter a solução atualizada, implementar melhorias e garantir níveis ótimos de serviço, segurança, desempenho e disponibilidade para os usuários.

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - Vmware.docxp. 11



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>



TRF2INC202402914A

SIGA



TRF2EDT202400173A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 3.5.6. Considerando o investimento inicial na tecnologia VMware, o domínio técnico adquirido pela equipe de TI, e os benefícios tangíveis obtidos, a manutenção desta solução de virtualização representa a alternativa mais vantajosa e econômica para a administração. Em contraste, a migração para uma nova solução demandaria investimentos significativos em equipamentos, infraestrutura, treinamento e implicaria riscos durante o processo de transição.
- 3.6. Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) e seccionais
- 3.6.1. Assegurar efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal, garantindo a disponibilidade e a integridade dos sistemas críticos da Justiça Federal da 5ª Região - JF5, com a adoção de soluções tecnológicas efetivas.
- 3.6.2. Prover e manter a atualização de todo o software utilizado pela infraestrutura de TI, garantindo o suporte fornecido pelo fabricante da solução e modernizando a plataforma de contêineres, sistemas operacionais e servidores de aplicação de código aberto do ambiente tecnológico da Justiça Federal da 5ª Região.
- 3.6.3. Garantir subscrições quinquenais de serviços associados a cada software que compõe o ambiente VMWARE instalado, conforme detalhamento a seguir:
- VMware core
 - VMware rede e segurança
 - VMware Serviços Técnicos
 - VMware Gestão
- 3.6.4. Permitir o acesso à base de conhecimento do fabricante; às ferramentas automatizadas para diagnóstico, às recomendações técnicas e de resolução de problemas, além da utilização de ferramenta para gerenciamento local e centralizado dos sistemas operacionais do fabricante instalados no ambiente do órgão, através de funcionalidades de inventário e de atualizações do software.
- 3.7. Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6)
- 3.7.1. Os sistemas de informação que sustentam o Tribunal Federal da 6ª Região e suas Subseções Judiciárias vinculadas são vitais para o funcionamento das atividades judiciárias, administrativas, de planejamento e até de atendimento ao público. Tais atividades são executadas cada vez mais de formas automatizadas e eletrônicas, daí a necessidade de adesão às melhores práticas de mercado, buscando-se a capacidade de aceleração dos processos contínuos de desenvolvimento e de entrega de sistemas ou de suas atualizações.
- 3.7.2. Atualmente, grande parte das aplicações utilizadas pelo TRF6 se encontra em operação por meio de servidores virtuais. A virtualização de servidores é uma tecnologia que permite que um mesmo hardware possa ser utilizado por diversos sistemas operacionais simultaneamente e de maneira compartilhada, alocando-se dinamicamente os recursos físicos de processamento (CPU), memória RAM, rede e armazenamento de forma mais racional e eficiente. Como consequência, o consumo de energia, a necessidade de refrigeração e de espaço físico, além dos custos financeiros decorrentes, também são minimizados. Para o funcionamento de tal tecnologia, torna-se necessária a utilização de produtos de softwares desenvolvidos especificamente para criar e administrar esses ambientes.
- 3.7.3. A solução VMware, utilizada atualmente no ambiente virtualizado do TRF6, é provida em caráter precário por meio de licenciamento originário do TRF1, que por sua vez comunicou a necessidade de devolução das licenças assim que contratado o licenciamento próprio. Assim, o TRF6 precisa contratar uma solução para a montagem do seu ambiente de virtualização para a manutenção dos serviços e sistemas devidamente

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 12



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- operacionais, razão pela qual deve promover o licenciamento das subscrições de serviços similares aos atualmente vigentes, com posterior restituição ao TRF1 das licenças.
- 3.7.4. Busca-se, portanto, com a presente contratação, a continuidade da solução de virtualização, incluindo serviços de suporte, atualização tecnológica, homologação e garantia, referentes ao licenciamento de VMware (VMware Cloud Foundation e VMware Firewall with Advanced Threat Prevention Add-on para VMware Cloud Foundation) para utilização como ambiente de infraestrutura de Tecnologia da Informação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região.
- 3.7.5. Destaca-se que a opção pelo modelo mais completo de licenciamento, correspondente ao VMware Cloud Foundation, é fundada na ausência de ambiente próprio e, consequentemente, de suporte para a sustentação, além da falta de expertise da equipe de infraestrutura para a construção de um novo ambiente. Por tal razão, a disponibilidade de suporte é essencial ao processo de montagem de novo ambiente, daí a escolha pela opção.
- 3.7.6. Outra vantagem decorrente da escolha do VMware Cloud Foundation é a agregação de serviços anteriormente desmembrados em itens adicionais ao licenciamento principal, pois permitirá ao TRF6 adotar recursos atualmente indisponíveis no atual ambiente, tais como o vSAN e o SDDC Manager.
- 3.7.7. Optou-se, ainda, pela previsão da ferramenta complementar VMware Firewall with Advanced Threat Prevention Add-on para VMware Cloud Foundation em razão da criticidade envolvida. Trata-se de recursos relacionados à segurança e controle das operações, daí a necessidade de previsão.
- 3.7.8. Destaca-se, por fim, que a solução de virtualização VMware integra a categoria de Leaders do respectivo Quadrante Mágico indicado pela Gartner (disponível em: <<https://blogs.vmware.com/cloud-foundation/2023/10/19/vmware-named-a-leader-in-the-2023-gartner-magic-quadrantx2122-for-distributed-hybrid-infrastructure/>>. Acesso em 23 fev. de 2024), conforme padrão de qualidade adotado pelo TRF6 em suas contratações.

4. DOS RESULTADOS/BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS

- 4.1. Ambiente de virtualização de servidores seguro, disponível e com o suporte necessário para solução de problemas de forma célere, visando à manutenção da disponibilidade do ambiente virtualizado.
- 4.2. Garantir a estabilidade, a alta disponibilidade e a segurança de ampla gama de serviços de TIC.
- 4.3. Reduzir o tempo de retorno à operação em caso de ocorrência de falhas.
- 4.4. Manter o ambiente operacional virtual atualizado e menos suscetível a falhas de funcionamento e de segurança.
- 4.5. Fazer uso mais eficaz dos recursos de hardware (melhor aproveitamento do investimento).
- 4.6. Dispor do suporte técnico do fabricante.

5. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA JF

ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO DA JF – PEJF
Macro Desafio
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados
ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO DE TI DA JF – PETI
Objetivo Estratégico

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 13



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

Aperfeiçoar e assegurar a efetividade dos serviços de TI para a Justiça Federal	
ALINHAMENTO AO PLANO DIRETOR – PDTIC	
Id	Necessidade/Iniciativa
3	Continuidade e disponibilidade da infraestrutura de TI
VINCULAÇÃO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES DO EXERCÍCIO – PCTIC	
Item	Objeto
TI.15	Aquisição de licenças de subscrição do software de virtualização de servidores/rede/storage (Vmware) (SIGA GO 15)
ALINHAMENTO A ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC DO PJ – ENTIC-JUD	
Objetivo Estratégico	
Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas	

6. DA REFERÊNCIA AOS ESTUDOS PRELIMINARES DA CONTRATAÇÃO:

- 6.1. Este Termo de Referência foi elaborado considerando o Documento de Oficialização da Demanda (DOD) nº TRF2-DOD-2024/00006 e os Estudos Preliminares (artefatos) constantes no processo TRF2-EOF-2024/00012.

7. DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA PREVISTA E A QUANTIDADE DE BENS E/OU SERVIÇOS A SEREM CONTRATADOS

- 7.1. Tribunal Regional Federal da 2ª Região (órgão gerenciador):
- 7.1.1. Os quantitativos de produtos Vmware destinados ao TRF2 visam atender as demandas deste próprio órgão e das seções judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo que compõem a 2ª Região da Justiça Federal. As três instituições totalizam atualmente 71 equipamentos servidores, executando diversos produtos Vmware e hospedando mais de 1500 servidores virtuais. Portanto, as quantidades e os produtos especificados são resultantes da necessidade de renovação do suporte técnico do parque de produtos Vmware já existente nos órgãos da 2ª Região, cujo prazo de vencimento expira em 31 de dezembro de 2024.
- 7.1.2. Cabe destacar que os quantitativos foram adequados à nova política de mensuração de licenças do fabricante Vmware e à necessidade de encontrar as mesmas funcionalidades dos produtos já licenciados e extintos, dentro de novos produtos do portfólio reformulado pelo fabricante. Os quantitativos também refletem as aglutinações de produtos que outrora eram comercializados em separado.
- 7.1.3. Para o levantamento inicial dos quantitativos para os recursos de TI da 2ª Região foi utilizada a ferramenta de PowerCLI indicada pelo fabricante especificamente para este propósito. Tal ferramenta analisa o atual parque computacional ativo para identificar as necessidades de processamento. Esta análise incluiu a avaliação da quantidade de licenças principais (com um mínimo de 16 núcleos por CPU física) e licenças TiB necessárias para cada host ligado a um vCenter Server, alinhada à política de licenciamento vigente da empresa.
- 7.1.4. Por fim, os quantitativos também contemplam as aquisições de novas licenças estimadas para atender ao crescimento natural dos sistemas que já utilizam a solução Vmware e o aumento esperado da demanda por novos sistemas virtualizados ao longo dos próximos 60 meses.
- 7.2. Conselho de Justiça Federal:

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - Vmware.docxp. 14



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 7.2.1. O licenciamento do VMware Cloud Foundation (Item 1) é baseado na quantidade de núcleos de processadores dos equipamentos servidores que rodam os softwares. Atualmente o CJF possui 1.320 núcleos de processamento em uso nos ambientes Datacenter Corporativo e NUJUFE. Com a aquisição de novos servidores de virtualização programada para o segundo semestre, que virão equipados com até 64 núcleos em cada equipamentos, a expectativa é que a necessidade de licenciamento chegue em 2.000 núcleos (cores).
- 7.2.2. O licenciamento do produto VMware Live Recovery Protect VM (antigo SRM) é baseado na quantidade de máquinas virtuais a serem protegidas. Atualmente o CJF possui aproximadamente 500 VMs em produção nos ambientes Datacenter Corporativo e NUJUFE, desta forma, a expectativa é que a necessidade de licenciamento desse item chegue em até 1000 unidades.
- 7.2.3. O licenciamento do software VMware Firewall with Advanced Threat Prevention Add-on é baseado na quantidade de núcleos de processadores dos equipamentos servidores que rodam os softwares. Atualmente o CJF possui 1.320 núcleos de processamento em uso nos ambientes Datacenter Corporativo e NUJUFE. Com a aquisição de novos servidores de virtualização programada para o segundo semestre, que virão equipados com até 64 núcleos em cada equipamentos, a expectativa é que a necessidade de licenciamento chegue em 2.000 núcleos (cores).
- 7.2.4. O licenciamento do VMware Avi Load Balancer Enterprise é baseado em unidades de serviço (Service Units). Considerando o atual uso do ambiente de aplicações nos ambientes Datacenter Corporativo e NUJUFE, a expectativa é que a necessidade de licenciamento chegue em 30 (service unit).
- 7.2.5. Uma unidade do serviço VMware Technical Adoption Management permite a atuação do responsável técnico do fabricante uma vez por semana. Considerando o volume de produtos e a complexidade das novas funcionalidades, a expectativa é que a necessidade deste serviço seja de 1 unidade.
- 7.3. Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4)
- 7.3.1. O levantamento da demanda de recursos de TI para o TRF4 foi realizado usando o PowerCLI da VMware, uma ferramenta que analisa o atual parque computacional ativo para identificar as necessidades de processamento. Esta análise incluiu a avaliação da quantidade de licenças principais (com um mínimo de 16 núcleos por CPU física) e licenças TiB necessárias para cada host ligado a um vCenter Server, alinhada à política de licenciamento vigente da VMware. Além disso, projetou-se uma expansão de processamento para atender ao aumento esperado na demanda e garantir a capacidade de virtualização, processamento e armazenamento de dados para os próximos 60 meses.
- 7.4. Justiça Federal de Santa Catarina (JFSC)
- 7.4.1. O levantamento da demanda de recursos de TI para a JFSC foi realizado usando o PowerCLI da VMware, ferramenta que analisa o atual parque computacional ativo para identificar as necessidades de processamento. Esta análise incluiu a avaliação da quantidade de licenças principais (com um mínimo de 16 núcleos por CPU física) e licenças TiB necessárias para cada host ligado a um vCenter Server, alinhada à política de licenciamento vigente da empresa. Além disso, projetou-se uma expansão de processamento para atender ao aumento esperado na demanda e garantir a capacidade de virtualização e processamento de dados para os próximos 60 meses. Desta forma, os quantitativos foram estimados para manter e suprir os Blades e Servidores de Rack do datacenter que abrigam os sistemas de apoio às atividades judiciais e administrativas já previstas e as futuras aquisições.

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 15



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>



TRF2INC202402914A

SIGA



TRF2EDT202400173A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 7.5. Justiça Federal do Rio Grande do Sul (JFRS)
- 7.5.1. O levantamento da demanda de recursos de TI para a JFRS foi realizado usando o PowerCLI da VMWare (Disponível em: <https://kb.vmware.com/s/article/95927>. Acesso em: 20 fev. de 2024), uma ferramenta que analisa o atual parque computacional para identificar as necessidades de processamento. Esta análise incluiu a avaliação da quantidade de licenças principais (com um mínimo de 16 núcleos por CPU física) e licenças TiB necessárias para cada host ligado a um vCenter Server, alinhada à política de licenciamento vigente da empresa. Além disso, projetou-se uma expansão de processamento para atender ao aumento esperado na demanda e garantir a capacidade de virtualização e processamento de dados para os próximos 60 meses. Desta forma, os quantitativos foram estimados para manter e suprir os Blades e Servidores de Rack do datacenter que abrigam os sistemas de apoio às atividades judiciais e administrativas já previstas e as futuras aquisições
- 7.6. Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF5) e seccionais
- 7.6.1. O levantamento da demanda de recursos de TI para o TRF5 e as seccionais da 5ª Região foi realizado utilizando-se o PowerCLI da VMWare para analisar o atual parque computacional de modo a identificar as necessidades de processamento. Esta análise incluiu a avaliação da quantidade de licenças principais (com um mínimo de 16 núcleos por CPU física) e licenças TiB necessárias para cada host ligado a um vCenter Server, alinhada à política de licenciamento vigente da empresa. Além disso, projetou-se uma expansão de processamento para atender ao aumento esperado na demanda e garantir a capacidade de virtualização e processamento de dados para os próximos 60 meses.
- 7.7. Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6)
- 7.7.1. O levantamento da demanda de recursos de TI para o TRF6 considerou também as seccionais da 6ª Região. O cálculo dos quantitativos necessários foi baseado na infraestrutura atual acrescida de uma estimativa de expansão de processamento para atender ao aumento esperado na demanda e garantir a capacidade de virtualização e processamento de dados para os próximos 60 meses.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

- 8.1. Registro de preços para eventual aquisição de subscrição de licenças dos softwares de virtualização de servidores, redes e de armazenamento do fabricante VMWARE, garantindo o direito ao suporte técnico, à atualização de versões e de correções de segurança dos produtos junto ao fabricante.
- 8.1.1. As subscrições das licenças terão vigência conforme descrito na planilha de formação de preços do item 2.
- 8.2. Os requisitos técnicos da Solução de TIC a ser contratada constam do item 17 deste Termo de Referência.
- 8.3. As disposições acerca do parcelamento e adjudicação do objeto constam do item 12 deste Termo de Referência.

9. LEVANTAMENTO DAS ALTERNATIVAS E ANÁLISE DE MERCADO DE TIC

- 9.1. Renovação do acesso às atualizações de versão e ao suporte do fabricante para as licenças de virtualização de servidores, rede e armazenamento do fabricante VMWARE, já adquiridas pelos órgãos partícipes, bem como ampliação do quantitativo de licenças perpétuas adquiridas pela pelos órgãos da Justiça Federal.

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - Vmware.docxp. 16



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 9.2. Adequação ao novo modelo de subscrição de licenças de virtualização de servidores, redes e armazenamento do fabricante Vmware, permitindo a continuidade do uso da plataforma de virtualização Vmware pelos órgãos partícipes da Justiça Federal, assim como o acesso às atualizações de versão e ao suporte do fabricante, bem como a ampliação do quantitativo de licenças de subscrição Vmware conforme o crescimento natural dos sistemas já virtualizados e o surgimento de novas demandas.
- 9.3. Aquisição de distinta solução de virtualização de servidores, rede e armazenamento.

10. DA JUSTIFICATIVA DA ALTERNATIVA ESCOLHIDA

- 10.1. Atualmente, a plataforma Vmware é a base de virtualização de infraestrutura de TIC de todos os órgãos da 2ª Região, sendo utilizada também por vários órgãos da Justiça Federal no âmbito nacional, além de ser utilizada por mais de 500 mil clientes em todo o mundo.
- 10.2. A solução de virtualização de servidores, de redes e de armazenamento do fabricante VMWARE já está implantada na Justiça Federal da 2ª Região há mais de dez anos, apresentando resultados extremamente satisfatórios, muito em razão da sua alta confiabilidade.
- 10.3. Recentemente, mais precisamente em dezembro de 2023, a Vmware reformulou toda a política de licenciamento praticada há anos, em função das novas diretrizes da Broadcom, sua mais nova proprietária. Desta forma, o licenciamento perpétuo e as subscrições de suporte técnico para os produtos perpétuos deixaram de ser comercializados. Com isso, a alternativa de renovação das subscrições de suporte técnico dos produtos perpétuos já adquiridos pela Justiça Federal se tornou impossível, restando apenas as opções de adequação ao novo modelo de subscrição de licenças da Vmware ou a aquisição de distinta solução de virtualização.
- 10.4. A aquisição de distinta solução de virtualização de servidores, redes e armazenamento, demandaria investimentos não só na aquisição, instalação e configuração, mas também na capacitação das equipes técnicas dos órgãos partícipes. Demandaria ainda, serviços de migração dos mais distintos tipos de dados, hoje hospedados na plataforma Vmware. Pelo ineditismo, pela falta de conhecimento e in experiência das equipes técnicas em soluções de virtualização distintas da Vmware e pelo volume de dados sensíveis e cruciais para os negócios da Justiça Federal, tal migração de plataforma de virtualização demandaria muito tempo de estudos prévios e execução, além de envolver riscos elevados, difíceis de mapear e com impactos imensuráveis. Portanto, tais características colidem com as necessidades de curto prazo que os partícipes da contratação possuem, de manter em funcionamento seus sistemas de TIC já virtualizados na plataforma Vmware através dos serviços de manutenção técnica e de atualizações de correções de falhas e de segurança.
- 10.5. Assim sendo, a opção mais indicada para atender as necessidades do ambiente de virtualização de infraestrutura de TIC é a continuação do uso da plataforma Vmware, ajustando as funcionalidades atualmente em uso aos novos produtos do fabricante e à nova política de subscrição de licenças. Desta forma, mantém-se o direito de atualização de versões, o acesso às correções de falhas e de segurança e ao suporte técnico da solução VMWARE, além da possibilidade de ampliação da quantidade de licenças de subscrição. Por também já se encontrar instalada, em uso há anos e sob o domínio das equipes técnicas dos distintos órgãos que a administram, a plataforma Vmware não necessita de investimento adicional em treinamento, instalação e configuração, preservando-se assim, os investimentos já realizados em capacitação, como também a experiência adquirida pelas equipes técnicas.
- 10.6. Cabe ainda destacar que a alternativa escolhida, apesar de representar aquisição de subscrição de licenças, não se distingue do modelo de licenciamento do suporte técnico outrora comercializado, pois este também era vendido na forma de subscrição. Porém, ainda que o modelo passado também fosse de subscrição, a diferença resta que, anteriormente se comprava apenas o suporte, agora a subscrição envolve o produto e o suporte. No entanto, a escolha pela manutenção da plataforma Vmware garante à Justiça Federal a continuidade da segurança que esta plataforma

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - Vmware.docxp. 17



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

oferece aos mais de 1500 servidores virtuais (VM-Virtual Machine) da 2ª Região e aos diversos dos demais órgãos partícipes, que abrigam uma vasta gama de serviços de TIC.

- 10.7. Por fim, a alternativa escolhida representa economia no aspecto da capacitação técnica das equipes de TIC dos órgãos partícipes.

11. DA NATUREZA DO OBJETO

- 11.1. O objeto possui características comuns e usuais encontrados no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos. A prestação dos serviços associados à aquisição do licenciamento destina-se a atender uma necessidade contínua, mas os efeitos financeiros ocorrem uma única vez no momento da contratação, sendo que a prestação contratual se estende por mais de um exercício financeiro.
- 11.2. Verifica-se que a necessidade da prestação de serviço consubstanciada neste Termo de Referência refere-se à aquisição de subscrições de licenças de software que garantem o direito de acesso ao suporte e acompanhamento técnico do fabricante, bem como às atualizações de versão de software e correção de falhas e de segurança, se configurando um caso de serviço de natureza continuada.

12. DO PARCELAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

- 12.1. O objeto é parcelado em itens, de acordo com a planilha de formação de preços do item 2, podendo ser adjudicado a mais de uma empresa.

13. MODALIDADE E TIPO DE LICITAÇÃO

- 13.1. Verifica-se que os itens pretendidos são oferecidos por diversos fornecedores no mercado de TIC, e apresentam características padronizadas e usuais. Assim, pode-se concluir que o objeto é comum e, portanto, sugere-se como melhor opção a utilização da modalidade "Pregão", sendo, preferencialmente, em sua forma eletrônica e do tipo "Menor Preço". Tendo em vista as características e singularidades desta contratação não há condições de se definir previamente o quantitativo necessário de cada item, pois o quantitativo de licenças a serem adquiridas depende da manutenção/consolidação/expansão do parque de equipamentos e das demandas que surgirem ao longo da vigência da ata. As alterações na configuração do parque de equipamentos e a não concretização das estimativas de crescimento podem fazer com que não seja necessário adquirir todas as licenças registradas. Desta forma, de acordo com o artigo 3º, incisos III e V, do decreto 11.462, de 31 de março de 2023 sugerimos que a presente contratação deva ocorrer pelo sistema de Registro de Preços e eventual aquisição no período de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado preço vantajoso (nos termos do art. 84 da Lei 14.133/2021).

14. DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO

- 14.1. Trata-se de aquisição de subscrição de licenciamento e, conforme o item 18.2 deste Termo de Referência, a entrega se dará por meio digital, inexistindo o fornecimento de quaisquer tipos de mídia ou material que exijam embalagens e transporte. Desta forma a presente contratação não ocasionará impacto ambiental.

15. DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL

- 15.1. O manuseio dos softwares deve estar de acordo com a Política de Utilização de Recursos de TI (TRF2-PTP-2014/00432).

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - Vmware.docxp. 18



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>



TRF2INC202402914A

SIGA



TRF2EDT202400173A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 15.2. O objeto desta contratação enquadra-se como “contratações de tecnologia da informação e de comunicação”, nos termos do art. 2º, inc. VII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

16. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

- 16.1. Como qualificação técnica, a Licitante deverá apresentar juntamente com os documentos de habilitação, os seguintes documentos:
- 16.1.1. Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, preferencialmente em papel timbrado das empresas ou órgãos adquirentes, devidamente assinado(s), atestando que a Licitante forneceu qualquer dos itens objeto da presente licitação ou de produtos VMware similares.
- 16.1.1.1. Entende-se por “similares” especificados no item anterior, quaisquer um dos seguintes produtos VMware, em modelo de licenciamento perpétuo ou por subscrição:
- 16.1.1.1.1. Cloud Foundation;
- 16.1.1.1.2. Vsphere Enterprise
- 16.1.1.1.3. Vsphere Enterprise Plus;
- 16.1.1.1.4. vCenter Standart;
- 16.1.1.1.5. vCenter Foundation;
- 16.1.1.1.6. vSAN;
- 16.1.1.1.7. Site Recover Manager;
- 16.1.1.2. O(s) atestado(s) deverá (ão) conter:
- 16.1.1.2.1. Nome do atestante.
- 16.1.1.2.2. Endereço e telefone da pessoa jurídica.
- 16.1.1.2.3. Qualquer outra forma que a Contratante possa utilizar para diligenciar junto à empresa declarante.
- 16.2. Justificam-se as exigências acima tendo em vista a imprescindibilidade do ambiente de virtualização para a prestação jurisdicional, uma vez que esse ambiente hospeda centenas de servidores virtuais responsáveis pela oferta de dezenas de serviços digitais dos órgãos partícipes da Justiça Federal, entre os quais os sistemas judiciais E-Proc e PJe e os sistemas administrativos SIGA e SEI. Desta forma, a Licitante deve apresentar alguma comprovação de fornecimento anterior de licenças VMware, ainda que de somente um dos itens VMware, com o objetivo de comprovar a aptidão da empresa no desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, seja no que tange ao fornecimento de licenças ou suporte do software relacionado ao objeto da licitação, evitando assim, que empresas não qualificadas possam frustrar o processo licitatório, prejudicando a contratação do objeto, colocando em risco a disponibilidade dos inúmeros serviços digitais da Justiça Federal dependentes do ambiente virtualizado.
- 16.3. O licitante poderá ter que apresentar, quando solicitado pelo Pregoeiro, documentação complementar para fins de comprovação da veracidade das informações contidas no(s) atestado(s) técnico(s) aduzidos no certame.

17. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 17.1. O suporte técnico dos produtos licitados terá vigência durante o período indicado em cada item da planilha de Formação de Preços, constante do item 2 deste termo de referência.
- 17.2. Deverá constar da proposta da licitante a descrição clara dos itens que serão ofertados.
- 17.3. As licenças a serem adquiridas deverão ser associadas às contas de usuário das Contratantes já existentes no site oficial da VMWare.
- 17.4. A vigência do suporte das licenças, a ser comprovada no site oficial do fabricante, deverá ser conforme indicado em cada item da planilha constante do item 2 desta Termo de Referência.

TRF2-EOF-2024/0001207 -Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 19



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12,
FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA
- Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 17.5. Durante o período de vigência do suporte das licenças fornecidas, deverão ser disponibilizados para a Contratante, sem qualquer ônus adicional, os seguintes itens:
- 17.5.1. Acesso à base de conhecimento e fóruns de discussão dos produtos objeto do certame, via website do fabricante, visando obter informações sobre a solução fornecida.
- 17.5.2. Acesso a novas versões (upgrades), atualizações e revisões (updates), e correções (patches) de software, via website do fabricante.
- 17.5.3. Serviços de suporte técnico oficial do produto, com possibilidade de abertura de chamados, conforme descrito no item 24.

18. DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA

- 18.1. As licenças de subscrição e/ou serviços deverão ser entregues observando o cronograma descrito no item 19 deste Termo de Referência.
- 18.2. As entregas dos itens deverão ser realizadas por e-mail da seguinte forma:
- 18.2.1. Tribunal Regional Federal da 2ª Região (órgão gerenciador) e SJRJ:
- 18.2.1.1. Envio por mensagem eletrônica para siti@trf2.jus.br com cópia para tsseinf@trf2.jus.br e sered@jfs.jus.br.
- 18.2.1.2. Devido à existência de filtros anti-spam, recomenda-se o uso de confirmação de entrega e leitura;
- 18.2.1.3. Caso não ocorra confirmação do recebimento de mensagens no prazo de 24 horas, a CONTRATADA deverá entrar em contato com a equipe técnica nos telefones (21) 2282-8817 e (21) 2282-8978 e (21) 2282-8078.
- 18.2.2. Conselho de Justiça Federal (órgão partícipe):
- 18.2.2.1. Envio por mensagem eletrônica para sesinf@cjf.jus.br.
- 18.2.2.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com Conselho da Justiça Federal, localizado no Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70200-003 no Telefone: (61) 3022-7403.
- 18.2.3. Tribunal Regional Federal da 3ª Região (órgão partícipe)
- 18.2.3.1. Envio por mensagem eletrônica para dili@trf3.jus.br
- 18.2.3.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com o Tribunal Regional Federal, localizado na Av. Paulista, 1842, Edf. Torre Sul, Cerqueira Cesar, CEP: 01.310-936 - São Paulo/SP no telefone (11) 3012-1007
- 18.2.4. Tribunal Regional Federal da 4ª Região (órgão partícipe)
- 18.2.4.1. Envio por mensagem eletrônica para zoo00@trf4.jus.br; stec@trf4.jus.br; dti@trf4.jus.br
- 18.2.4.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, localizado na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300, Bairro Praia de Belas Porto Alegre/RS, CEP: 90010-395 no telefone (51) 3213-3611
- 18.2.5. Justiça Federal do Rio Grande do Sul (órgão partícipe)
- 18.2.5.1. Envio por mensagem eletrônica para iad00@jfrs.jus.br; rspoadtinis@jfrs.jus.br; rspoadtcontratos@jfrs.jus.br
- 18.2.5.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal do Rio Grande do Sul, localizada na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, CEP: 90010-395 no telefone (51) 3214-9236.
- 18.2.6. Justiça Federal de Santa Catarina (órgão partícipe)
- 18.2.6.1. Envio por mensagem eletrônica para ras00@jpsc.jus.br; dti.seguranca@jpsc.jus.br
- 18.2.6.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal de Santa Catarina, localizada na Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4810 Bairro

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 20



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINF - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- Agrônômica, Florianópolis – SC, CEP: 88025-255 no telefone (48) 3251-2969.
- 18.2.7. Tribunal Regional Federal da 5ª Região (órgão partícipe)
- 18.2.7.1. Envio por mensagem eletrônica para nsgd@trf5.jus.br.
- 18.2.7.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com o Tribunal Regional da 5ª Região, localizado na Casa do Apolo, s/n, Bairro do Recife, Recife - PE, CEP: 50.030-908, no telefone (81) 3425-9000.
- 18.2.8. Justiça Federal em Pernambuco (órgão partícipe)
- 18.2.8.1. Envio por mensagem eletrônica para yuri.galindo@jfpe.jus.br
- 18.2.8.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal em Pernambuco, localizada na Av. Recife, 6250, Bairro do Jiquiá, Recife – PE, CEP: 50.865-900, no telefone (81) 3213-6000.
- 18.2.9. Justiça Federal no Ceará (órgão partícipe)
- 18.2.9.1. Envio por mensagem eletrônica para salatiel.filho@jfce.jus.br
- 18.2.9.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal no Ceará, localizada na Praça Murilo Borges, Centro, Fortaleza – CE, CEP: 60.035-210, no telefone (85) 3521.2500.
- 18.2.10. Justiça Federal em Alagoas (órgão partícipe)
- 18.2.10.1. Envio por mensagem eletrônica para licitacoes@jfal.jus.br
- 18.2.10.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal em Alagoas, localizada na Av. Menino Marcelo, s/n, Serraria, CEP: 57046-000, no telefone (82) 2122-4181.
- 18.2.11. Justiça Federal na Paraíba (órgão partícipe)
- 18.2.11.1. Envio por mensagem eletrônica para rui.leal@jfpb.jus.br
- 18.2.11.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal na Paraíba, localizada na Rua João Teixeira de Carvalho, nº 480, Pedro Gondim - João Pessoa – PB, CEP: 58031-900, no telefone (83) 3690-1000.
- 18.2.12. Justiça Federal no Rio Grande do Norte (órgão partícipe)
- 18.2.12.1. Envio por mensagem eletrônica para rocha@jfrn.jus.br
- 18.2.12.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal no Rio Grande do Norte, localizada na R. Dr. Lauro Pinto, 245, Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59.064-250, no telefone (84) 4005-7400.
- 18.2.13. Justiça Federal em Sergipe (órgão partícipe)
- 18.2.13.1. Envio por mensagem eletrônica para arian.meneses@jfse.jus.br
- 18.2.13.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal em Sergipe, localizada na Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP: 49.081-083, no telefone (79) 3216-2200
- 18.2.14. Tribunal Regional Federal da 6ª Região (órgão partícipe)
- 18.2.14.1. Envio por mensagem eletrônica para licitacao.mg@trf6.jus.br
- 18.2.14.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, localizado na Av. Álvares Cabral, 1.80, Santo Agostinho, Belo Horizonte – MG, CEP: 30.170-008, no telefone (31) 3501-1300.
- 18.3. Na mensagem eletrônica deverão constar os dados requeridos para verificação do licenciamento de subscrição no site oficial do fabricante do software VMWARE, além dos seguintes:
- 18.3.1. Cópia da(s) nota(s) fiscal(is).
- 18.3.2. Os procedimentos a serem adotados para ativação ou verificação da subscrição contratada diretamente no site oficial do fabricante.
- 18.3.3. O telefone e/ou e-mail de contato para suporte ao procedimento.

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - Vmware.docxp. 21



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>



TRF2INC202402914A

SIGA



TRF2EDT202400173A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 18.4. Para fins de recebimento definitivo, será efetuada consulta ao site oficial do fabricante, que deverá conter:
- 18.4.1. A descrição do produto contratado, de acordo com a descrição presente na planilha de formação de preços do item 2;
 - 18.4.2. A quantidade contratada;
 - 18.4.3. A associação do produto contratado ao nome da CONTRATANTE;
 - 18.4.4. O prazo de vigência da subscrição.
- 18.5. Caso seja necessária ativação do produto, o suporte ao procedimento de ativação poderá ser realizado remotamente;

19. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

- 19.1. A tabela abaixo sintetiza as etapas de execução para todos os itens desta contratação:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO
01	Assinatura do Contrato	-
02	Entrega dos produtos e da Nota Fiscal	Até 15 (quinze) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato (Etapa 01)
03	Recebimento provisório do objeto	Imediatamente após a etapa 02
04	Recebimento definitivo do objeto	Até 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, desde que atendidos todos os requisitos do item 18.3
05	Pagamento da Nota Fiscal	Conforme item 28 deste Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 20.1. Proporcionar todos os meios indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais;
- 20.2. Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado, salvo nos casos em que a CONTRATADA der causa ao atraso.
- 20.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a prestação do serviço objeto deste Contrato;
- 20.4. Comunicar oficialmente à CONTRATADA qualquer falha verificada no cumprimento deste Contrato.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 21.1. Entregar os bens e/ou serviços dentro do prazo constante neste Edital. Caso a entrega não seja feita dentro do prazo, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções estabelecidas no edital.
- 21.2. Responder por perdas e danos que vier a causar à CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- 21.3. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei e nesse Termo de Referência.
- 21.4. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, em conformidade com a proposta apresentada e as orientações do Contratante, observando sempre os critérios de qualidade.
- 21.5. Realizar todos os trabalhos sem que haja a necessidade de parada do ambiente em produção, exceto as predeterminadas com a equipe da Contratante.

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 22



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>



TRF2INC202402914A

SIGA



TRF2EDT202400173A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 21.6. Observar as rotinas internas da Contratante, adequando-se a elas, caso necessário, para a prestação dos serviços contratados.
- 21.7. A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, representantes ou quaisquer outros.
- 21.8. Não será permitida, a qualquer título, a transferência da execução, total ou parcial, do objeto da futura contratação a terceiros.

22. DOS PAPÉIS A SEREM DESEMPENHADOS PELOS PRINCIPAIS ATORES DO ÓRGÃO E DA EMPRESA ENVOLVIDOS NA CONTRATAÇÃO

- 22.1. Gestor do Contrato: servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do Contrato;
- 22.2. Fiscal Demandante do Contrato: servidor representante da Área Demandante da Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos funcionais da solução;
- 22.3. Fiscal Técnico do Contrato: servidor representante da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos técnicos da solução;
- 22.4. Fiscal Administrativo do Contrato: servidor representante da Área Administrativa, indicado pela respectiva autoridade competente para fiscalizar o Contrato quanto aos aspectos administrativos da execução, especialmente os referentes ao recebimento, pagamento, sanções, aderência às normas, diretrizes e obrigações contratuais;
- 22.5. Preposto: funcionário representante da Contratada, responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Gestor do Contrato, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

23. DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DOS BENS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 23.1. A comunicação entre o representante da CONTRATANTE e da CONTRATADA deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício, as comunicações por correio eletrônico e outras especificadas no edital.

24. DO SUPORTE TÉCNICO ASSOCIADO ÀS LICENÇAS

- 24.1. Será admitida a subcontratação dos serviços de Suporte Técnico, descrito neste item 24, pela CONTRATADA, desde que a prestação de tais serviços seja realizada por meio do FABRICANTE do software.
 - 24.1.1. Assim sendo, alguns dos serviços descritos nos itens subsequentes onde se menciona o termo "CONTRATADA" como prestadora de serviço poderá ser considerado que tal prestação seja realizada exclusivamente pelo FABRICANTE do software.
 - 24.1.2. A eventual subcontratação de serviços não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade e das garantias definidas neste Termo de Referência nem de quaisquer outras, exigidas pelo edital e seus anexos.
- 24.2. Os Serviços de Suporte Técnico associados à solução de virtualização deverão ser prestados ao CONTRATANTE, durante a vigência das subscrições, incluindo:
 - 24.2.1. Acesso à documentação de todos softwares fornecidos;

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 23



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>



TRF2INC202402914A

SIGA



TRF2EDT202400173A

SIGA

Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 24.2.2. Acesso à base de conhecimentos, que consiste em um repositório de artigos, discussões e vídeos sobre o funcionamento, problemas e soluções dos produtos fornecidos;
- 24.2.3. Acesso à ferramentas automatizadas para diagnóstico, recomendações técnicas e resolução de problemas, no formato de autosserviço;
- 24.2.4. Atendimento de Suporte Técnico Especializado, por profissionais certificados pela CONTRATADA de acordo com os subitens a seguir:
 - 24.2.4.1. Deverá ser prestado mediante registro de chamados de suporte para a resolução de problemas de funcionamento e disponibilidade, auxílio em procedimentos de implantação de novas funcionalidades nos componentes da solução, instalação e configuração das versões, atualizações, revisões e patches de correções, respostas de dúvidas de instalação, configuração, utilização e atualização, registro de erros e sugestões, envolvendo a solução fornecida de maneira aplicada ao ambiente de infraestrutura de tecnologia da informação do CONTRATANTE;
 - 24.2.4.2. A CONTRATADA deverá fornecer um conjunto de, no mínimo, 06 (seis) credenciais de acesso para pessoas autorizadas pelo CONTRATANTE a abrir e acompanhar os chamados de suporte;
 - 24.2.4.3. Quando aplicável, deverá ocorrer em formato hands-on, no qual o representante do CONTRATANTE autoriza previamente a abertura de uma sessão remota monitorada para que um analista do fabricante preste o atendimento, intervindo diretamente na solução instalada no ambiente do CONTRATANTE;
- 24.3. Deverão ser disponibilizados para o CONTRATANTE os seguintes canais de atendimento, possibilitando o registro e o acompanhamento dos chamados de suporte junto ao fabricante, utilizando o idioma português do Brasil:
 - 24.3.1. Internet, através de sistema em formato web;
 - 24.3.2. Telefone, possibilitando a realização de chamadas gratuitas (tipo 0800); e
 - 24.3.3. e-Mail.
- 24.4. Todos os canais de atendimento deverão estar disponíveis 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana.
- 24.5. Todos os canais de atendimento deverão ter como referência o fuso horário de Brasília-DF (BRT, UTC-03:00).
- 24.6. O CONTRATANTE poderá registrar um número ilimitado de chamados de suporte junto ao fabricante durante a vigência das subscrições.
- 24.7. Cada chamado de suporte deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:
 - 24.7.1. Número identificador único;
 - 24.7.2. Data e hora do registro (abertura do chamado) pelo CONTRATANTE;
 - 24.7.3. Descrição da solicitação ou do problema, pelo CONTRATANTE;
 - 24.7.4. Data e hora de início e de término do atendimento;
 - 24.7.5. Autorização do atendimento hands-on, quando aplicável, juntamente com o horário em que foi prestado;
 - 24.7.6. Nível de Severidade;
 - 24.7.7. Identificação da causa do problema, quando aplicável; e
 - 24.7.8. Resposta à solicitação ou descrição da solução aplicada, conforme o caso.
- 24.8. Nas situações em que não houver disponibilidade do suporte técnico do fabricante associado às licenças, a Contratante poderá solicitar diretamente à Contratada que realize quaisquer das ações previstas no item 24.1.4.1.
- 24.9. A finalização de cada atendimento (encerramento do chamado) só poderá ser efetuada com anuência formal de um responsável técnico do CONTRATANTE.

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 24



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

25. DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS (NSE)

- 25.1. Deverão ser considerados os seguintes Níveis de Severidade para a classificação dos chamados de Atendimento de Suporte Técnico Especializado pelo CONTRATANTE, de acordo com o impacto causado em seu ambiente computacional:

25.1.1. Tabela de Níveis de Severidade:

SEVERIDADE 1	Ocorrência de incidentes que afetam gravemente um ambiente de produção, causando risco de perda/corrupção de dados e/ou risco relacionado à disponibilidade/segurança de serviços do CONTRATANTE, bem como a interrupção de suas atividades, sem existência de solução de contorno imediata.
SEVERIDADE 2	Ocorrência de incidentes que afetam negativamente um ambiente de produção do CONTRATANTE, nos quais o software funciona em condições limitadas, havendo disponibilidade de uma solução de contorno provisória.
SEVERIDADE 3	Ocorrência de incidentes em um ambiente do CONTRATANTE, nos quais ocorre perda parcial e não crítica de funcionamento do software, causando debilidade na operação de algum componente, mas sem impedir sua utilização.
SEVERIDADE 4	Aplicável para os casos de perguntas sobre a utilização, relatos de erro de documentação ou sugestões de melhoria/alteração de um produto.

- 25.2. O CONTRATANTE poderá modificar o Nível de Severidade de um chamado de suporte após seu registro, de modo a adequá-lo ao contexto atualizado.
- 25.3. O atendimento dos chamados de suporte deverá ocorrer nos prazos descritos no quadro a seguir, considerando como resposta inicial o primeiro contato técnico, após o registro da abertura do chamado, com o efetivo propósito de enfrentamento do problema ou incidente que originou o chamado, de acordo com o item de subscrição alvo do suporte técnico e com o Nível de Severidade do chamado:

25.3.1. Tabela do tempo máximo de resposta inicial:

SEVERIDADE 1	30 min
SEVERIDADE 2	04 horas úteis
SEVERIDADE 3	08 horas úteis
SEVERIDADE 4	2 dias úteis

26. APLICAÇÃO DE GLOSAS

- 26.1. Não se aplica.

27. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DO OBJETO

- 27.1. Em conformidade com o artigo 140 da Lei n.º 14.133/2021 e com a IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, o objeto do contrato será recebido mediante termo detalhado, assinado pelas partes, da seguinte forma:
- 27.1.1. Provisoriamente – De forma sumária, mediante recibo aposto no documento fiscal, pelo Fiscal Técnico, imediatamente após efetuada a entrega das licenças, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificidades do Pregão.
- 27.1.2. Definitivamente – Pelo gestor do contrato e pelo fiscal requisitante, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento das exigências contratuais, **no prazo de 02 (dois) dias úteis**, contados a partir do recebimento provisório, salvo motivo justificado;
- 27.1.2.1. O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 25



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12,
FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA
- Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

- 27.2. Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.
- 27.3. Se, após o recebimento provisório, for constatado que o objeto está em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.
- 27.4. O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo TRF da 2ª Região não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao TRF da 2ª Região as faculdades previstas no artigo 18 da Lei nº 8.078/1990.
- 27.5. O Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.

28. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 28.1. O pagamento será efetuado após a entrega das licenças, à vista do documento fiscal apresentado, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).
 - 28.1.1. No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação e as instruções normativas vigentes.
 - 28.1.2. Para fins do disposto no item 28.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
 - 28.1.3. A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.
- 28.2. O documento fiscal (nota fiscal de prestação de serviços), em 2(duas) vias, deverá ser entregue ao(à):
 - 28.2.1. Tribunal Regional Federal da 2ª Região (órgão gerenciador) e SJRJ:
 - 28.2.1.1. Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos.
 - 28.2.1.2. Rua Visconde de Inhaúma, 68, 2º andar, Centro - Rio de Janeiro.
 - 28.2.1.3. De segunda a sexta-feira, no horário das 12 às 17 horas.
 - 28.2.1.4. Deve ser enviado eletronicamente ao e-mail scon@trf2.jus.br .
 - 28.2.2. Conselho de Justiça Federal (órgão partícipe):
 - 28.2.2.1. Envio por mensagem eletrônica para sesinf@cjf.jus.br.
 - 28.2.2.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com Conselho da Justiça Federal, localizado no Setor de Clubes Esportivos Sul Trecho 3 - Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70200-003 no Telefone: (61) 3022-7403.
 - 28.2.2.3. As notas fiscais deverão ser encaminhadas ao Gestor do Contrato por e-mail até que a CONTRATADA tenha o acesso externo ao sistema de

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 26



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- gestão documental em uso no CJF (Sistema Eletrônico de Informações – SEI), o que o ocorrerá oportunamente.
- 28.2.2.4. Até que seja concedido à CONTRATADA o acesso externo ao SEI, as notas fiscais deverão ser encaminhadas ao Gestor do Contrato pelo e-mail: sesinf@cjf.jus.br.
- 28.2.3. Tribunal Regional Federal da 3ª Região (órgão partícipe)
- 28.2.3.1. Envio por mensagem eletrônica para dili@trf3.jus.br.
- 28.2.3.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com o Tribunal Regional Federal, localizado na Av. Paulista, 1842, Edf. Torre Sul, Cerqueira Cesar, CEP: 01.310-936 - São Paulo/SP no telefone (11) 3012-1007.
- 28.2.4. Tribunal Regional Federal da 4ª Região (órgão partícipe)
- 28.2.4.1. Envio por mensagem eletrônica para dti@trf4.jus.br; zoo00@trf4.jus.br; stec@trf4.jus.br.
- 28.2.4.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, localizado na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300, Bairro Praia de Belas Porto Alegre/RS, CEP: 90010-395 no telefone (51) 3213-3611.
- 28.2.5. Justiça Federal do Rio Grande Do Sul (órgão partícipe)
- 28.2.5.1. Envio por mensagem eletrônica para rspoadtcontratos@jfrs.jus.br; iad00@jfrs.jus.br; rspoadtinis@jfrs.jus.br.
- 28.2.5.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal do Rio Grande do Sul, localizada na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, CEP: 90010-395 no telefone (51) 3214-9236.
- 28.2.6. Justiça Federal de Santa Catarina (órgão partícipe)
- 28.2.6.1. Envio por mensagem eletrônica para dti.contratos@jfsc.jus.br; ras00@jfsc.jus.br; dti.seguranca@jfsc.jus.br.
- 28.2.6.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal de Santa Catarina, localizada na Rua Paschoal Apóstolo Pitsica, 4810 Bairro Agrônômica, Florianópolis – SC, CEP: 88025-255 no telefone (48) 3251-2969.
- 28.2.7. Tribunal Regional da 5ª Região (órgão partícipe)
- 28.2.7.1. Envio por mensagem eletrônica para nsgd@trf5.jus.br.
- 28.2.7.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com o Tribunal Regional da 5ª Região, localizado na Casa do Apolo, s/n, Bairro do Recife, Recife – PE, CEP: 50.030-908, no telefone (81) 3425-9000.
- 28.2.8. Justiça Federal em Pernambuco (órgão partícipe)
- 28.2.8.1. Envio por mensagem eletrônica para yuri.galindo@jfpe.jus.br.
- 28.2.8.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal em Pernambuco, localizada na Av. Recife, 6250, Bairro do Jiquiá, Recife – PE, CEP: 50.865-900, no telefone (81) 3213-6000.
- 28.2.9. Justiça Federal no Ceará (órgão partícipe)
- 28.2.9.1. Envio por mensagem eletrônica para salatiel.filho@jfce.jus.br.
- 28.2.9.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal no Ceará, localizada na Praça Murilo Borges, Centro, Fortaleza – CE, CEP: 60.035-210, no telefone (85) 3521.2500.
- 28.2.10. Justiça Federal em Alagoas (órgão partícipe)
- 28.2.10.1. Envio por mensagem eletrônica para licitacoes@jfal.jus.br; alencar@jfal.jus.br.

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 27



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 28.2.10.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal em Alagoas, localizada na Av. Menino Marcelo, s/n, Serraria, CEP: 57046-000, no telefone (82) 2122-4181.
- 28.2.11. Justiça Federal na Paraíba (órgão partícipe)
- 28.2.11.1. Envio por mensagem eletrônica para rui.leal@jfpb.jus.br.
- 28.2.11.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal na Paraíba, localizada na Rua João Teixeira de Carvalho, nº 480, Pedro Gondim - João Pessoa - PB, CEP: 58031-900, no telefone (83) 3690-1000
- 28.2.12. Justiça Federal no Rio Grande do Norte (órgão partícipe)
- 28.2.12.1. Envio por mensagem eletrônica para rocha@jfrn.jus.br.
- 28.2.12.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal no Rio Grande do Norte, localizada na R. Dr. Lauro Pinto, 245, Bairro Lagoa Nova, Natal/RN, CEP: 59.064-250, no telefone (84) 4005-7400
- 28.2.13. Justiça Federal em Sergipe (órgão partícipe)
- 28.2.13.1. Envio por mensagem eletrônica para arian.meneses@jfse.jus.br.
- 28.2.13.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com a Justiça Federal em Sergipe, localizada na Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, Bairro Capucho, Aracaju/SE, CEP: 49.081-083, no telefone (79) 3216-2200.
- 28.2.14. Tribunal Regional Federal da 6ª Região (órgão partícipe)
- 28.2.14.1. Envio por mensagem eletrônica para licitacao.mg@trf6.jus.br.
- 28.2.14.2. A CONTRATADA poderá entrar em contato com o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, localizado na Av. Álvares Cabral, 1.80, Santo Agostinho, Belo Horizonte - MG, CEP: 30.170-008, no telefone (31) 3501-1300.
- 28.3. A CONTRATADA que se enquadrar nas hipóteses de isenção ou não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.
- 28.4. A CONTRATADA optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações estipuladas pelas Instruções Normativas nº 1540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015.
- 28.5. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.
- 28.5.1. A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento.
- 28.6. O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no item 28.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 28.7. No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/1984, alterada pela Lei nº 3.691/2003, na redação da Lei nº 7.000/2021, a CONTRATADA não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, no ato do pagamento.
- 28.7.1. Para fins de identificação da situação prevista no item 28.7, a CONTRATADA deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.
- 28.8. Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a CONTRATADA, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 28



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

29. DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 29.1. A CONTRATANTE nomeará os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento do Contrato, na forma do que estabelece o artigo 29 da Instrução Normativa nº 94/2022/SGD/ME, os quais exercerão como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização deste Contrato.
- 29.2. Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:
 - 29.2.1. Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços.
 - 29.2.2. Ordenar à CONTRATADA que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.
 - 29.2.3. Acompanhar e aprovar os serviços executados.
- 29.3. A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais.
- 29.4. A CONTRATADA se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados.
- 29.5. As irregularidades detectadas pela fiscalização da CONTRATANTE serão comunicadas por escrito à CONTRATADA, para sua pronta correção ou adequação.

30. DA TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

- 30.1. Tendo em vista que se trata apenas de aquisição de licenças de subscrição de softwares, não se aplica transferência de conhecimento neste caso.

31. DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS DOS PRODUTOS GERADOS POR OCASIÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 31.1. Os produtos e marcas descritos permanecem sob a titularidade de seus fabricantes/distribuidores por toda a extensão do período de duração do contrato nos termos da Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

32. DA QUALIFICAÇÃO OU FORMAÇÃO TÉCNICA DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA EXECUÇÃO DO CONTRATO

- 32.1. Os profissionais da CONTRATADA deverão apresentar a qualificação técnica necessária ao atendimento das exigências contidas neste Termo de Referência.

33. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 33.1. Com fundamento no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, a LICITANTE ou a CONTRATADA será responsabilizada administrativamente nas seguintes hipóteses:
 - 33.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;
 - 33.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - 33.1.3. der causa à inexecução total do contrato;
 - 33.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - 33.1.5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - 33.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 29



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12,
FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA
- Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>



TRF2INC202402914A

SIGA



TRF2EDT202400173A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 33.1.7. ensinar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- 33.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- 33.1.9. fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 33.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 33.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- 33.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 33.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
- 33.2.1. **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 33.2.2. **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 33.1.2, 33.1.3, 33.1.4, 33.1.5, 33.1.6 e 33.1.7 acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 33.2.3. **Declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 33.1.8, 33.1.9, 33.1.10, 33.1.11 e 33.1.12 acima, bem como nos subitens 33.1.2, 33.1.3, 33.1.4, 33.1.5, 33.1.6 e 33.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem 33.2.2.
- 33.2.3.1. Nesta hipótese, o responsável ficará impedido de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 1.1.1. **Multa:**
- 33.2.3.2. No caso de inexecução parcial do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor do contrato.
- 33.2.3.3. No caso de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
- 33.3. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 33.4. Todas as sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 33.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 33.4.2. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.
- 33.4.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será encaminhada para inscrição em dívida ativa e posterior cobrança judicial.
- 33.4.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 33.4.5. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, no valor compreendido entre 0,5% e 30%, conforme previsão em normativo interno da CONTRATANTE, sendo que sua aplicação não impedirá a conversão em multa compensatória e a promoção da extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.
- 33.4.6. Caso o valor da garantia, se exigida, seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, esta deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação da CONTRATANTE.

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 30



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

- 33.4.7. Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas seguem as disposições estabelecidas pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
- 33.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 33.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 33.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 33.6.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 33.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 33.6.4. os danos que dela provierem para a CONTRATANTE;
 - 33.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 33.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 33.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 33.9. A CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 33.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do artigo 163, da Lei nº 14.133/2021.
- 33.11. A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à CONTRATADA, na forma da lei.
- 33.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

34. PRAZO DE VIGÊNCIA DA GARANTIA DE BENS E/OU SERVIÇOS

- 34.1. As garantias de atualização de versão e a prestação dos serviços de suporte técnico deverão ser fornecidos durante todo o período de vigência da subscrição indicado no respectivo produto constante da planilha de formação de preços do item 2 deste Termo de Referência. O prazo de vigência da subscrição inicia-se a partir da data do seu respectivo recebimento definitivo.
- 34.2. Demais garantias exigidas no edital.

35. PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 35.1. O prazo de vigência inicia-se no 1º dia útil subsequente à data de assinatura do contrato pelo Contratante, inclusive, estendendo-se até o último dia da vigência da subscrição do(s) produto(s).

36. DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

- 36.1. O custo estimado será o indicado na planilha anexa ao edital ou aviso de dispensa.

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 31



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>



TRF2INC202402914A

SIGA



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

37. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

37.1. As despesas decorrentes da aquisição das licenças, objeto deste Pregão, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme especificado abaixo:

Itens	Fonte Pagadora	PTR	Classificação da Despesa
1	TRF2, CJF, TRF3, TRF4, TRF5, TRF6, JFPE, JFPB, JFSE, JFAL, JFCE, JFRN, JFRS, JFSC, SJRJ	AI	3.3.90.40.06 - Locação de softwares
2	TRF2, CJF, TRF3, TRF4, TRF5, TRF6, JFPE, JFPB, JFSE, JFAL, JFCE, JFRN, JFRS, JFSC, SJRJ	AI	3.3.90.40.06 - Locação de softwares
3	TRF2, CJF, TRF3, TRF4, TRF5, TRF6, JFPE, JFPB, JFSE, JFAL, JFCE, JFRN, JFRS, JFSC, SJRJ	AI	3.3.90.40.06 - Locação de softwares
4	TRF2, CJF, TRF3, TRF4, TRF5, TRF6, JFPE, JFPB, JFSE, JFAL, JFCE, JFRN, JFRS, JFSC, SJRJ	AI	3.3.90.40.06 - Locação de softwares
5	TRF2, CJF, TRF3, TRF4, TRF5, TRF6, JFPE, JFPB, JFSE, JFAL, JFCE, JFRN, JFRS, JFSC, SJRJ	AI	3.3.90.40.06 - Locação de softwares
6	TRF2, CJF, TRF3, TRF4, TRF5, TRF6, JFPE, JFPB, JFSE, JFAL, JFCE, JFRN, JFRS, JFSC, SJRJ	AI	3.3.90.40.06 - Locação de softwares
7	TRF2, CJF, TRF3, TRF4, TRF5, TRF6, JFPE, JFPB, JFSE, JFAL, JFCE, JFRN, JFRS, JFSC, SJRJ	AI	3.3.90.40.06 - Locação de softwares
8	TRF2, CJF, TRF3, TRF4, TRF5, TRF6, JFPE, JFPB, JFSE, JFAL, JFCE, JFRN, JFRS, JFSC, SJRJ	AI	3.3.90.40.06 - Locação de softwares
9	TRF2, CJF, TRF3, TRF4, TRF5, TRF6, JFPE, JFPB, JFSE, JFAL, JFCE, JFRN, JFRS, JFSC, SJRJ	AI	3.3.90.40.06 - Locação de softwares

38. DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES

- 38.1. A CONTRATADA não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes aos serviços realizados, a menos que expressamente autorizada pela CONTRATANTE.
- 38.2. A CONTRATADA deverá exigir de seus empregados, prepostos e outros, direta ou indiretamente vinculados ao desenvolvimento dos serviços objeto contratados, que mantenham sigilo sobre as informações recebidas da CONTRATANTE.

39. APROVAÇÃO E ASSINATURA

- 39.1. Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, o Termo de Referência ou Projeto Básico é assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.
- 39.2. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº TRF2-PSG-2024/00017, de 12 de janeiro de 2024.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Fabio Miranda de Oliveira (titular) Matrícula: 11254	Pergentino Joaquim Alves Neto (titular) Matrícula: 12049	Miguel Angelo Ferreira da Costa (titular) Matrícula: 12152 Leonardo Pastro Vieira (suplente)

TRF2-EOF-2024/0001207 - Termo de Referência V33 - VMware.docxp. 32



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12, FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA - Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

Gelson Guedes Rodrigues (suplente) Matrícula: 12562	Roberto de Siqueira Barreto Junior (suplente) Matrícula: 11737	Matrícula: 11795
AUTORIDADE MÁXIMA DA ÁREA DE TIC (OU AUTORIDADE SUPERIOR, SE APLICÁVEL)		
Ana Luisa Carneiro da Silva Matrícula: 11066		

TRF2-EOF-2024/0001207 -Termo de Referência V33 - Vmware.docxp. 33



Assinado com senha por PERGENTINO JOAQUIM ALVES NETO - Diretor(a) de Subsecretaria / SITI - 29/08/2024 às 19:06:12,
FABIO MIRANDA DE OLIVEIRA - Supervisor(a) / SEINFB - 29/08/2024 às 22:30:34 e MIGUEL ANGELO FERREIRA DA COSTA
- Assistente II / SALMOX - 30/08/2024 às 10:33:58.
Documento Nº: 4210181-4107 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4210181-4107>

SIGA



TRF2INC202402914A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:53.
Documento Nº: 4217135.36851145-7551 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851145-7551>

SIGA

ANEXO II
PE 90085/2024
TRF2-EOF-2024/12
PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid.	QUANT.	PREÇOS	
				UNIT(R\$)	TOTAL(R\$)
1	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: Vmware Cloud Foundation (VCF)	Unid.	19816	R\$ 6.278,97	R\$124.424.069,52
2	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: Vmware vSAN ADD-ON for Vmware Cloud Foundation (VCF) e Vmware Vsphere Foundation (VVF).	Unid.	1040	R\$ 3.767,40	R\$3.918.096,00
3	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Live Recovery Protected VM	Unid.	4275	R\$ 7.175,99	R\$30.677.357,25
4	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Firewall with Advanced Threat Prevention ADD-ON.	Unid.	18208	R\$ 4.305,65	R\$ 78.397.275,20
5	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Avi Load Balancer Enterprise ADD-ON for Vmware Cloud Foundation (VCF) e Vmware Vsphere Foundation (VVF).	Unid.	144	R\$ 117.053,11	R\$16.855.647,84
6	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: Vmware Vpsphere Foundation (VVF).	Unid.	9936	R\$ 4.724,79	R\$46.945.513,44

TRF2-EOF-2024/12- ANEXO II – Planilha de Preços



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:55.
Documento Nº: 4217135.36851147-7553 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851147-7553>



TRF2EDT202400173A

ANEXO II
 PE 90085/2024
 TRF2-EOF-2024/12
PLANILHA DE PREÇOS

7	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Vsphere Standard.	Unid.	2404	R\$ 1.786,58	R\$4.294.938,32
8	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Vsphere Essenciais Plus Kit (ESS+). Kit per 96 Cores.	Unid.	70	R\$ 121.622,76	R\$8.513.593,20
9	Aquisição de serviços de suporte técnico assistido. Descrição: VMware Technical Adoption Manager 1 day per week.	Unid.	17	R\$ 2.892.142,27	R\$ 49.166.418,59
VALOR TOTAL R\$363.192.909,36					

TRF2-EOF-2024/12- ANEXO II – Planilha de Preços



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:55.
 Documento Nº: 4217135.36851147-7553 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851147-7553>



TRF2EDT202400173A

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENEFÍCIO ME e EPP
(Declaração a ser apresentada por microempresas, para efeitos da obtenção de benefícios, nos termos do artigo 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/202__
Proc. nº TRF2-EOF-202_/0000

Declaro, sob as penas da Lei, que a Empresa (..) não ultrapassou o limite de faturamento e cumpre os requisitos estabelecidos no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar.

CNPJ:

EMPRESA:

DATA:

ASSINATURA:



Autenticado com senha por ROSANA VILLELA DE SOUZA - Assessor(a) / AGOC - 12/07/2023 às 12:36:54.
Documento Nº: 3814886-1177 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3814886-1177>



TRF2CAP202316483

SIGA



TRF2CAP202421723

SIGA



Autenticado com senha por ROSANA VILLELA DE SOUZA - Assessor(a) / AGOC - 31/07/2024 às 18:58:05.
Documento Nº: 4182582-6888 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4182582-6888>



TRF2EDT202400173A

SIGA



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:56.
Documento Nº: 4217135.36851203-8386 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851203-8386>

ANEXO IV
DECLARAÇÃO
(Resolução nº 07/2005/CNJ alterada pelas Resoluções nº 009/2005 e
229/2016)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 000/202_
Proc. nº TRF2-EOF-202_/0000

DECLARA, em face do disposto no inc. VI do art. 2º da Resolução nº 07 de 18.10.2005, alterada pela Resolução nº 229/2016 e Resolução nº 9 de 06/12/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que:

() não há em seu **quadro societário** cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

() Há em seu quadro societário parentesco com:

Nome:	Parentesco:	Órgão: CC*	MPJ*
_____	_____	_____	_____

*CC= ocupante de cargo em comissão

*MPJ= Membro do Poder Judiciário

Observação:

Declaro, por fim, que deverei comunicar de imediato a ocorrência de fatos que possam alterar a situação objeto desta declaração.

Responsabilizo-me pela exatidão e veracidade das informações declaradas, ciente de que, se falsa a declaração, ficarei sujeito às penas da Lei (art. 299 do CP).

Rio de Janeiro,

(Assinatura)



Autenticado com senha por ROSANA VILLELA DE SOUZA - Assessor(a) / AGOC - 12/07/2023 às 12:40:23.
Documento Nº: 3814898-300 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=3814898-300>



Autenticado com senha por ROSANA VILLELA DE SOUZA - Assessor(a) / AGOC - 31/07/2024 às 18:59:16.
Documento Nº: 4182586-30 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4182586-30>



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:55.
Documento Nº: 4217135.36851210-8414 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851210-8414>



TRF2CAP202316485

SIGA



TRF2CAP202421724

SIGA



TRF2EDT202400173A

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2024/_____
Proc. Adm. Digital n.º TRF2-EOF-2024/00012
Pregão Eletrônico/SRP N.º 900____/2024

O **Tribunal Regional Federal da 2.ª Região**, inscrito no C.N.P.J. sob o n.º 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, n.º 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama**, doravante denominado simplesmente **TRF – 2ª RG**, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS SRP N.º 900____/2024**, homologado em ____/____/2024, através do despacho n.º TRF2-DES-2023/____ do Processo Administrativo Digital n.º TRF2-EOF-2024/00012, **RESOLVE** registrar o preço da empresa _____, inscrita no C.N.P.J. sob o n.º _____, estabelecida _____, CEP _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a)** _____, doravante denominada simplesmente **FORNECEDOR**, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada para o(s) item(ns), atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n.º 14.133/2021 e do Decreto n.º 11.462/2023 e em conformidade com as disposições a seguir:

Ata de Registro de Preços n.º TRF2-ARP-2024/____ – Fornecedor (ptj) **MINUTA**

Pág. 1



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:48:50.
Documento N.º: 4213895-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213895-4553>

SIGA



TRF2CAP202425506A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:58.
Documento N.º: 4217135.36851243-8510 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851243-8510>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900 /2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a aquisição de licenças de subscrição dos softwares de virtualização de servidores, redes e de armazenamento do fabricante VMWARE, garantindo o direito ao suporte técnico, à atualização de versões e de correções de segurança dos produtos junto ao fabricante, pelo prazo de 60 meses, por meio do Sistema de Registro de Preços, para este E. Tribunal e para os órgãos partícipes, atuando como Órgão Gerenciador o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) e como Órgãos Participantes o CJF, TRF3, TRF4, JFRS, JFSC, TRF5, TRF6, JFPE, JFCE, JFAL, JFPB, JFRN, JFSE, SJRJ, conforme especificações técnicas e condições contidas no Termo de Referência, Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP mencionado no preâmbulo, que passa a fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentada pela licitante classificada para o(s) item(ns), independentemente de transcrição, conforme consta nos autos do Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2024/00012.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

2.1 - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Pública - PNCP, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.2 - Este instrumento não obriga o TRF - 2ª RG a firmar contratações na quantidade estimada, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A administração desta Ata caberá à Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF-2ª Região.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTITATIVO:

4.1 - O (s) preço(s) registrado(s), a(s) especificação(ões), o(s) quantitativo(s), a(s) empresa(s) fornecedora(s) e representante(s) legal(is) encontram-se enunciados na presente Ata.

Item	Discriminação	Órgão	Qtd. por Órgão	Qtd. Total	Unidade	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Cloud Foundation (VCF) . Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF2	2000	19816	Core		
		CJF	2000				
		TRF3	1808				
		TRF4	1024				
		TRF5	2136				
		TRF6	1600				
		JFPE	1472				
		JFPB	256				

Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2024/_____ – Fornecedor (ptj) **MINUTA**

Pág. 2



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:48:50.
Documento Nº: 4213895-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213895-4553>

SIGA



TRF2CAP202425506A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:58.
Documento Nº: 4217135.36851243-8510 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851243-8510>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900 /2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

Item	Discriminação	Órgão	Qtd. por Órgão	Qtd. Total	Unidade	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
		JFSE	464				
		JFAL	512				
		JFCE	656				
		JFRN	864				
		JFRS	2000				
		JFSC	1024				
		SJRJ	2000				
2	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware vSAN ADD-ON for VMware Cloud Foundation (VCF) e VMware Vsphere Foundation (VVF) . Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF2	520	1040	TIB		
		CJF	0				
		TRF3	0				
		TRF4	0				
		TRF5	0				
		TRF6	0				
		JFPE	0				
		JFPB	0				
		JFSE	0				
		JFAL	0				
		JFCE	0				
		JFRN	0				
		JFRS	0				
		JFSC	0				
		SJRJ	520				
3	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Live Recovery Protected VM . Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF2	700	4275	VM	-	-
		CJF	1000				
		TRF3	0				
		TRF4	0				
		TRF5	625				
		TRF6	0				
		JFPE	625				
		JFPB	0				
		JFSE	0				
		JFAL	0				
		JFCE	625				
		JFRN	0				
		JFRS	0				
		JFSC	0				
		SJRJ	700				
4	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Firewall with Advanced Threat Prevention	TRF2	2000	18208	Core		
		CJF	2000				
		TRF3	1840				

Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2024/_____ – Fornecedor (ptj) **MINUTA**

Pág. 3



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:48:50.
Documento Nº: 4213895-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213895-4553>

SIGA



TRF2CAP202425506A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:58.
Documento Nº: 4217135.36851243-8510 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851243-8510>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900 /2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

Item	Discriminação	Órgão	Qtd. por Órgão	Qtd. Total	Unidade	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
	ADD-ON. Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF4	0				
		TRF5	2136				
		TRF6	1600				
		JFPE	1472				
		JFPB	0				
		JFSE	0				
		JFAL	0				
		JFCE	2136				
		JFRN	0				
		JFRS	2000				
		JFSC	1024				
		SJRJ	2000				
5	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Avi Load Balancer Enterprise ADD-ON for VMware Cloud Foundation (VCF) e VMware Vsphere Foundation (VVF). Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF2	30	144	Service Unit		
		CJF	30				
		TRF3	30				
		TRF4	0				
		TRF5	0				
		TRF6	0				
		JFPE	0				
		JFPB	0				
		JFSE	0				
		JFAL	0				
		JFCE	0				
		JFRN	0				
6	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Vpsphere Foundation (VVF). Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF2	2000	9936	Core		
		CJF	0				
		TRF3	0				
		TRF4	0				
		TRF5	1344				
		TRF6	0				
		JFPE	1472				
		JFPB	256				
		JFSE	464				
		JFAL	512				
		JFCE	0				
		JFRN	864				
		JFRS	0				

Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2024/ _____ – Fornecedor (ptj) **MINUTA**

Pág. 4



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:48:50.
Documento Nº: 4213895-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213895-4553>

SIGA



TRF2CAP202425506A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:58.
Documento Nº: 4217135.36851243-8510 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851243-8510>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900 /2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

Item	Discriminação	Órgão	Qtd. por Órgão	Qtd. Total	Unidade	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
		JFSC	1024				
		SJRJ	2000				
7	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Vsphere Standard . Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF2	800	2.404	Core		
		CJF	0				
		TRF3	0				
		TRF4	0				
		TRF5	0				
		TRF6	0				
		JFPE	160				
		JFPB	384				
		JFSE	0				
		JFAL	0				
		JFCE	0				
		JFRN	160				
		JFRS	0				
		JFSC	100				
		SJRJ	800				
8	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Vsphere Essenciais Plus Kit (ESS+) . Kit per 96 Cores. Última versão disponível. Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 27502	TRF2	25	70	Kit		
		CJF	0				
		TRF3	0				
		TRF4	0				
		TRF5	0				
		TRF6	0				
		JFPE	0				
		JFPB	0				
		JFSE	0				
		JFAL	0				
		JFCE	0				
		JFRN	0				
		JFRS	0				
		JFSC	20				
		SJRJ	25				
9	Aquisição de serviços de suporte técnico assistido. Descrição: VMware Technical Adoption Manager 1 day per week . Vigência: 60 meses SIASG (CATSER): 26972	TRF2	1	17	Unidade		
		CJF	1				
		TRF3	1				
		TRF4	0				
		TRF5	2				
		TRF6	0				
		JFPE	2				

Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2024/_____ – Fornecedor (ptj) **MINUTA**

Pág. 5



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:48:50.
Documento Nº: 4213895-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213895-4553>

SIGA



TRF2CAP202425506A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:58.
Documento Nº: 4217135.36851243-8510 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851243-8510>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900 /2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

Item	Discriminação	Órgão	Qtd. por Órgão	Qtd. Total	Unidade	Preço Unit (R\$)	Preço Total (R\$)
		JFPB	1				
		JFSE	2				
		JFAL	1				
		JFCE	2				
		JFRN	1				
		JFRS	1				
		JFSC	1				
		SJRJ	1				
VALOR TOTAL:							

4.2 - Valor total registrado: R\$ _____ (_____);

4.3 - Nos preços registrados estão incluídos a incidência tributária e os demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto;

4.4 - O prazo de entrega das licenças de subscrição e/ou serviços é de _____ (_____) dias úteis, [no máximo 15 (quinze) dias úteis, conforme Proposta], contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante.

4.5 - As entregas dos itens deverão ser realizadas por e-mail na forma descrita no item 18 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo) e em seus respectivos subitens.

4.5.1 - No TRF2, a entrega será realizada por mensagem eletrônica para siti@trf2.jus.br com cópia para tsseinf@trf2.jus.br e sered@jfes.jus.br e nos demais órgãos partícipes, conforme descrito no item 18.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

4.6 - Na mensagem eletrônica deverão constar os dados requeridos para verificação do licenciamento de subscrição no site oficial do fabricante do software VMWARE, além dos seguintes:

4.6.1 - Cópia da(s) nota(s) fiscal(is).

4.6.2 - Os procedimentos a serem adotados para ativação ou verificação da subscrição contratada diretamente no site oficial do fabricante.

4.6.3 - O telefone e/ou e-mail de contato para suporte ao procedimento.

4.7 - Para fins de recebimento definitivo, será efetuada consulta ao site oficial do fabricante, que deverá conter:

4.7.1 - A descrição do produto contratado, de acordo com a descrição presente na planilha de formação de preços constante do subitem 6.1.1 da Cláusula Sexta;

4.7.2 - A quantidade contratada;

4.7.3 - A associação do produto contratado ao nome do Contratante;

4.7.4 - O prazo de vigência da subscrição.

4.8 - Caso seja necessária ativação do produto, o suporte ao procedimento de ativação poderá ser realizado remotamente.



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:48:50.
Documento Nº: 4213895-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213895-4553>

SIGA



TRF2CAP202425506A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:58.
Documento Nº: 4217135.36851243-8510 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851243-8510>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900 /2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

4.9 - A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os itens com preços iguais ao do licitante vencedor, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 82, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

5.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, de acordo como estabelecido no item 14 (subitem 14.3 a 14.6) do Edital, e nas seguintes situações:

5.1.1 – pelo TRF – 2.ª RG:

5.1.1.1 - quando o Fornecedor descumprir as condições da presente Ata de Registro de Preços ou dos pedidos dela decorrentes;

5.1.1.2 - quando o Fornecedor não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.1.1.3 - quando o preço registrado se apresentar superior ao praticado no mercado e a contratada não aceitar reduzir o preço registrado;

5.1.1.4 - por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

5.1.1.5 - quando o Fornecedor sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021;

5.1.1.6 - quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, hipótese em que será liberado sem aplicação de penalidade, desde que confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento;

5.1.1.7 - quando impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados;

5.2 – O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente;

5.3 – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao procedimento administrativo da presente Ata;

5.4 – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do item.

5.5 - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o TRF poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO:

6.1 - O TRF – 2ª Região fará as aquisições mediante emissão da solicitação de fornecimento e de Contrato específico, celebrado de acordo com os produtos/serviços e quantidades constantes na referida solicitação.

6.2 - A contratação será sempre representada pelo Contrato, sendo a celebração formalizada por meio de encaminhamento, ao Fornecedor com preço registrado na Ata de Registro de Preços, Contrato, via e-mail ou ofício, devendo, nesses casos, ser acusado o seu recebimento pelo Fornecedor.

Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2024/ _____ – Fornecedor (ptj) *MINUTA*

Pág. 7



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:48:50.
Documento Nº: 4213895-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213895-4553>

SIGA



TRF2CAP202425506A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:58.
Documento Nº: 4217135.36851243-8510 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851243-8510>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900 /2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

6.3 - O Fornecedor se compromete a atender todos os pedidos efetuados durante a validade da Ata, mesmo que a entrega deles decorrente esteja prevista para data posterior à do seu vencimento.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADEÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

7.1 - Os órgãos da Administração Pública Federal que não participarem do procedimento de intenção de registro de preços poderão aderir à Ata de Registro de Preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos: (artigo 86, §2º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 31, do Decreto nº 11.462/2023).

7.1.1 - apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

7.1.2 - demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021;

7.1.3 - prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

7.1.3.1 - eventual concessão de autorização por parte do Órgão gerenciador será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor, conforme subitem 7.4.

7.2 - O limite das aquisições ou das contratações, a que se refere o subitem 7.1, não poderá exceder, por órgão, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados para o Órgão gerenciador e para os órgãos ou as entidades participantes. (artigo 86, §4º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 32, inciso I, do Decreto nº 11.462/2023).

7.3 - O limite global de adesões à ata de registro de preços, a que se refere o subitem 7.1, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão gerenciador e os órgãos ou as entidades participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (artigo 86, §5º, da Lei nº 14.133/2021 e artigo 32, inciso II, do Decreto nº 11.462/2023)

7.3.1 - O limite referenciado no subitem 7.3 não se aplica nas hipóteses descritas no artigo 32, §§ 1º e 2º, do Decreto nº 11.462/2023.

7.4 - Os órgãos que não participaram do registro de preço deverão encaminhar ofício ao órgão gerenciador, juntamente com a concordância e declaração do fornecedor, nos termos do subitem 7.1.3;

7.5 - Caberá ao fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e os órgãos participantes.

7.5.1. - A concordância do fornecedor beneficiário desta Ata de Registro de Preços deverá conter declaração de que não haverá prejuízos às obrigações presentes e futuras decorrentes desta Ata firmada com o TRF - 2ª Região.

7.6 - Ao órgão não participante que aderir a esta Ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2024/ _____ – Fornecedor (ptj) *MINUTA*

Pág. 8



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:48:50.
Documento Nº: 4213895-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213895-4553>

SIGA



TRF2CAP202425506A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:58.
Documento Nº: 4217135.36851243-8510 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851243-8510>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900 /2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

7.7 - O órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços.

7.8 - Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência desta Ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

7.9 - É vedada a participação de órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, ressalvada a hipótese de ata com registro de quantitativo inferior ao máximo previsto no Edital.

7.10 - O órgão ou a entidade que integra esta Ata de Registro de Preços poderá aderir a item desta ata, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no Edital.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

8.1 – Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no artigo 25 do Decreto nº 11.462/2023.

8.1.1 - Nessas hipóteses, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata, sendo-lhe facultado, independentemente do cancelamento e a qualquer tempo, iniciar outro processo licitatório.

9 - CLÁUSULA NONA: DO CADASTRO DE RESERVA:

9.1 - Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que (subitem 14.5 do Edital):

9.1.1 - Aceitarem cotar os preços iguais aos do(s) adjudicatário(s), observada a classificação da licitação; e

9.1.2 - Mantiverem sua proposta original.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

10.2 - Integram esta Ata o Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, seus Anexos, as documentações e as propostas das empresas classificadas, independentemente de transcrição.

10.3 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), o Fornecedor deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante.

Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2024/ _____ – Fornecedor (ptj) *MINUTA*

Pág. 9



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:48:50.
Documento Nº: 4213895-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213895-4553>

SIGA



TRF2CAP202425506A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:58.
Documento Nº: 4217135.36851243-8510 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851243-8510>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900 /2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas da presente Ata ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes a presente Ata.

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Presidente

RESPONSÁVEL
FORNECEDOR
(cargo)

Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2024/____ – Fornecedor (ptj) *MINUTA*

Pág. 10



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:48:50.
Documento Nº: 4213895-4553 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213895-4553>

SIGA



TRF2CAP202425506A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:58.
Documento Nº: 4217135.36851243-8510 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851243-8510>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº TRF2-CON-2024/00____

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE
SUBSCRIÇÃO DOS *SOFTWARES* DE VIRTUALIZAÇÃO
DE SERVIDORES, REDES E DE ARMAZENAMENTO
DO FABRICANTE VMWARE, QUE ENTRE SI FAZEM O
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A
EMPRESA_____.

Proc. Adm. Digital nº TRF2-EOF-2024/00012

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por seu **Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, CEP: _____, Tel.: () _____, e-mail: _____, representada neste ato por seu(sua) _____, **Sr(a).** _____, a seguir denominada apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo Digital nº TRF2-EOF-2023/00055, em consequência do Pregão Eletrônico SRP nº 900_/2024, fundamentado na Lei nº 14.133/2023, homologado em __/__/2024, através do despacho nº TRF2-DES-2024/_____, FIRMAM o presente Contrato objetivando a *aquisição de licenças de subscrição dos softwares de virtualização de servidores, redes e de armazenamento do fabricante VMWARE*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 14.133/2021, do Decreto nº 11.462/2023, e às seguintes cláusulas e condições:

Contrato nº TRF2-CON-2024/_____- Empresa contratada (pt) *MINUTA*

Pág. 1



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:50:20.
Documento Nº: 4213898-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213898-7760>

SIGA



TRF2CAP202425507A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:59.
Documento Nº: 4217135.36851250-8538 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851250-8538>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900___/2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a aquisição de licenças de subscrição dos softwares de virtualização de servidores, redes e de armazenamento do fabricante VMWARE, garantindo o direito ao suporte técnico, à atualização de versões e de correções de segurança dos produtos junto ao fabricante, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 900___/2024 e seus Anexos I, II, III, IV e V, e na forma estabelecida no presente Contrato.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1 – DO IMPACTO AMBIENTAL DECORRENTE DA CONTRATAÇÃO:

2.1.1 – Trata-se de aquisição de subscrição de licenciamento e, conforme o subitem 2.2.2 desta Cláusula, a entrega se dará por meio digital, inexistindo o fornecimento de quaisquer tipos de mídia ou material que exijam embalagens e transporte. Desta forma a presente contratação não ocasionará impacto ambiental.

2.2 – DAS CONDIÇÕES E PRAZOS DE ENTREGA:

2.2.1 – As licenças de subscrição e/ou serviços deverão ser entregues observando o cronograma descrito no item 2.8 desta Cláusula.

2.2.2 – As entregas dos itens deverão ser realizadas por e-mail na forma descrita no item 18.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo) e em seus respectivos subitens.

2.2.3 – Na mensagem eletrônica deverão constar os dados requeridos para verificação do licenciamento de subscrição no site oficial do fabricante do software VMWARE, além dos seguintes:

2.2.3.1 - Cópia da(s) nota(s) fiscal(is).

2.2.3.2 - Os procedimentos a serem adotados para ativação ou verificação da subscrição contratada diretamente no site oficial do fabricante.

2.2.3.3 - O telefone e/ou e-mail de contato para suporte ao procedimento.

2.2.4 – Para fins de recebimento definitivo, será efetuada consulta ao site oficial do fabricante, que deverá conter:

2.2.4.1 - A descrição do produto contratado, de acordo com a descrição presente na planilha de formação de preços constante do subitem 6.1.1 da Cláusula Sexta;

2.2.4.2 - A quantidade contratada;

2.2.4.3 - A associação do produto contratado ao nome do Contratante;

2.2.4.4 - O prazo de vigência da subscrição.

2.2.5 – Caso seja necessária ativação do produto, o suporte ao procedimento de ativação poderá ser realizado remotamente.

2.3 – DA CONFORMIDADE TÉCNICA E LEGAL:

2.3.1 - O manuseio dos softwares deve estar de acordo com a Política de Utilização de Recursos de TI (TRF2-PTP-2014/00432).

2.4 – DOS INSTRUMENTOS FORMAIS DE SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO DOS BENS E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

2.4.1 - A comunicação entre o representante do Contratante e da Contratada deverá ser formal, considerando-se como documentos formais, além de documentos do tipo Ofício,

Contrato nº TRF2-CON-2024/___ – Empresa contratada (ptj) *MINUTA*

Pág. 2



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:50:20.
Documento Nº: 4213898-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213898-7760>

SIGA



TRF2CAP202425507A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:59.
Documento Nº: 4217135.36851250-8538 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851250-8538>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900_/2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

as comunicações por correio eletrônico e outras especificadas no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

2.5 – DO SUPORTE TÉCNICO ASSOCIADO ÀS LICENÇAS:

2.5.1 - Descrito detalhadamente no item 24 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

2.6 – DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E AUTORAIS DOS PRODUTOS GERADOS POR OCASIÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

2.6.1 - Os produtos e marcas descritos no Contrato permanecem sob a titularidade de seus fabricantes/distribuidores por toda a extensão do período de duração do Contrato nos termos da Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998.

2.7 – DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO DAS INFORMAÇÕES:

2.7.1 - A Contratada não poderá divulgar, nem fornecer, sob as penas da lei, dados e informações referentes aos serviços realizados, a menos que expressamente autorizada pelo Contratante.

2.7.2 - A Contratada deverá exigir de seus empregados, prepostos e outros, direta ou indiretamente vinculados ao desenvolvimento dos serviços objeto contratados, que mantenham sigilo sobre as informações recebidas do Contratante.

2.7.3 - A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas neste Contrato e nos termos da legislação vigente, podendo inclusive ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

2.7.4 – Na hipótese consignada no item anterior, a Contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pelo Contratante, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial.

2.8 - DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

Etapa	Descrição	Prazo
01	Assinatura do Contrato	-
02	Entrega dos produtos e da Nota Fiscal	Até 15 (quinze) dias úteis a contar do primeiro dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato pelo Contratante (Etapa 01)
03	Recebimento provisório do Objeto	Imediatamente após a etapa 02
04	Recebimento definitivo do objeto	Até 02 (dois) dias úteis após o recebimento provisório, desde que atendidos todos os requisitos do subitem 2.2.3 da Cláusula Segunda
05	Pagamento da Nota Fiscal	Conforme item 6.2 da Cláusula Sexta

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa contratada (ptj) *MINUTA*

Pág. 3



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:50:20.
Documento Nº: 4213898-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213898-7760>

SIGA



TRF2CAP202425507A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:59.
Documento Nº: 4217135.36851250-8538 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851250-8538>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900_/2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

3.1 – São obrigações da Contratada, além das constantes no item 21 do Anexo I (Termo de Referência) e no item 18 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integrantes deste Contrato, as previstas nesta Cláusula:

3.1.1 - A Contratada deverá manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

3.1.2 - É vedada a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, conforme Resolução CNJ nº 7, de 18/10/2005, com a alteração implementada pela Resolução CNJ nº 229, de 22/06/2016.

3.1.2.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante o preenchimento, pela Contratada, da Declaração constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, a qual será entregue quando da assinatura deste Contrato.

3.1.3 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória do Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147 do Conselho da Justiça Federal, de 15/04/2011 e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

3.1.4 - A Contratada deverá cientificar aos seus empregados a observância obrigatória às disposições contidas na Resolução nº 351 do Conselho Nacional de Justiça, de 28/10/2020, que institui a Política de Prevenção e Combate do Assédio Moral, do Assédio Sexual, e de todas as formas de Discriminação, a fim de promover o trabalho digno, saudável, seguro e sustentável no âmbito do Poder Judiciário.

3.1.4.1 - Aplica-se a Resolução mencionada no subitem anterior a todas as condutas de assédio e discriminação no contexto das relações socioprofissionais e da organização do trabalho no Poder Judiciário, praticadas presencialmente ou por meios virtuais, inclusive aquelas contra estagiários, aprendizes, prestadores de serviços, voluntários e outros colaboradores.

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa contratada (ptj) *assinada*

Pág. 4



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:50:20.
Documento Nº: 4213898-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213898-7760>

SIGA



TRF2CAP202425507A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:59.
Documento Nº: 4217135.36851250-8538 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851250-8538>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900_/2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

4.1 - São obrigações do Contratante as constantes do item 20 do Anexo I (Termo de Referência) e do item 19 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo, integrantes deste Contrato.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

5.1 – Em conformidade com o artigo 140 da Lei nº 16.133/2021 e com a IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, o objeto do Contrato será recebido da seguinte forma:

5.1.1 - Provisoriamente – pelo Fiscal Técnico, mencionado no item 11.1 da Cláusula Décima Primeira, imediatamente depois de efetuada a entrega das licenças, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificidades do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo;

5.1.2 - Definitivamente – Pelo Gestor do Contrato e pelo Fiscal Requisitante, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e após verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

5.1.2.1 - O atesto será lavrado na mesma data do “recebimento definitivo”, compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas

5.2 – Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couber, os requisitos estabelecidos na IN SGD/ME 94/2022, de 23/12/2022, e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.

5.3 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que o objeto está em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação.

5.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da solicitação do Contratante, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

5.5 - O aceite/aprovação do(s) produto(s)/serviço(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s)/serviço(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao Contratante as faculdades previstas nos artigos 18 e 20 da Lei nº 8.078/1990.

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa contratada (ptj) *MINUTA*

Pág. 5



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:50:20.
Documento Nº: 4213898-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213898-7760>

SIGA



TRF2CAP202425507A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:59.
Documento Nº: 4217135.36851250-8538 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851250-8538>

SIGA

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900_/2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

6 - CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1 - DO PREÇO:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇOS	
				UNIT(R\$)	TOTAL(R\$)
1	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: Vmware Cloud Foundation (VCF)	Unid.			
2	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: Vmware vSAN ADD-ON for Vmware Cloud Foundation (VCF) e Vmware Vsphere Foundation (VVF).	Unid.			
3	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Live Recovery Protected VM	Unid.			
4	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Firewall with Advanced Threat Prevention ADD-ON.	Unid.			
5	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: VMware Avi Load Balancer Enterprise ADD-ON for Vmware Cloud Foundation (VCF) e Vmware Vsphere Foundation (VVF).	Unid.			
6	Aquisição de subscrição de licença. Descrição: Vmware Vpsphere Foundation (VVF).	Unid.			
VALOR TOTAL:					

6.1.1 - O valor GLOBAL deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

6.1.2 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos como: materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos pertinentes ao fornecimento contratado;

6.1.3 - Durante a vigência da Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2024/_____, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no artigo 25 do Decreto nº 11.462/2023.

6.1.3.1 - Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata, facultando-se à Administração, independentemente do cancelamento da Ata e a qualquer tempo, iniciar outro processo licitatório.

Contrato nº TRF2-CON-2024/_____- Empresa contratada (ptj) *MINUTA*

Pág. 6



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:50:20.
Documento Nº: 4213898-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213898-7760>

SIGA



TRF2CAP202425507A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:59.
Documento Nº: 4217135.36851250-8538 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851250-8538>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900_/2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

6.2 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.2.1 - O pagamento será efetuado após a entrega das licenças, à vista do documento fiscal apresentado pela Contratada, obedecida a ordem cronológica, através de ordem bancária e depósito em conta corrente por ela indicada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da liquidação da despesa, quando se tratar de valor igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos), ou em até 10 (dez) dias úteis contados a partir da liquidação da despesa, para valor superior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil, novecentos e seis reais e dois centavos).

6.2.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

6.2.1.2 - Para fins do disposto no subitem 6.2.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.

6.2.1.3 - A liquidação da despesa deverá ser realizada nos mesmos prazos, contados do recebimento do documento fiscal, de acordo com os valores acima descritos, após a certificação do cumprimento da obrigação.

6.2.2 - No TRF2, o documento fiscal deverá ser entregue na Subsecretaria de Controle de Custos de Compras e Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro, no horário das 12:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, em 02 (duas) vias, devendo também ser enviado eletronicamente ao e-mail notafiscal@trf2.jus.br.

6.2.2.1 - Nos órgãos partícipes os documentos fiscais serão entregues conforme descrito no item 28.2 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

6.2.2.2 - A entrega será realizada conforme consta no item 18 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

6.2.2.2.1 - No TRF2, a entrega será realizada por mensagem eletrônica para siti@trf2.jus.br com cópia para tsseinf@trf2.jus.br e sered@jfes.jus.br e nos demais órgãos partícipes, conforme descrito no item 18 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

6.2.3 - Caso a Contratada se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverá comprovar tal situação no ato da entrega do Documento Fiscal.

6.2.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação, em duas vias, da Declaração a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal, com as alterações implementadas pelas Instruções Normativas nº 1.540 de 05/01/2015 e nº 1.552 de 02/03/2015.

6.2.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas.

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa contratada (pt) *MINUTA*

Pág. 7



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:50:20.
Documento Nº: 4213898-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213898-7760>

SIGA



TRF2CAP202425507A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:59.
Documento Nº: 4217135.36851250-8538 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851250-8538>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900_/2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

6.2.5.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

6.2.6 - O Documento Fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 6.2.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

6.2.7 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei n.º 3.691/03, na redação da Lei nº 7.000/21, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS - Imposto sobre Serviço de qualquer natureza.

6.2.7.1 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 6.2.7, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

6.2.8 - Em caso de atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

7 - CLÁUSULA OITAVA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1 – As despesas decorrentes do objeto deste Contrato, correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União do Contratante, conforme o adiante especificado:

Elemento de Despesa	PTR	Nota de Empenho
3.3.90.40.06	168.420	
3.3.90.40.07	213.169	

8 - CLÁUSULA OITAVA: DAS SANCÕES:

8.1 - A Contratada será responsabilizada administrativamente pelas infrações estabelecidas no item 20 do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo.

9 - CLÁUSULA NONA: DA EXTINÇÃO:

9.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por extinto, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar extinto o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista no Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo e na Lei nº 14.133/2021.

9.2 - O Contrato, sem prejuízo das cominações legais nele previstas, poderá ser extinto por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados no art. 137, incisos I a VI, VIII e IX, da Lei nº 14.133/2021.

9.3 - A extinção mencionada no item anterior será formalmente motivada e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Contrato nº TRF2-CON-2024/____ – Empresa contratada (ptj) *MINUTA*

Pág. 8



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:50:20.
Documento Nº: 4213898-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213898-7760>

SIGA



TRF2CAP202425507A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:59.
Documento Nº: 4217135.36851250-8538 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851250-8538>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900___/2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

10.1 - O fornecimento contratado obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariarem as estipulações aqui firmadas:

- Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 900___/2024, e seus Anexos I, II, III, IV e V;
- Proposta datada de ___/___/2024 apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços a serem executados (TRF2-CAP-2024/___).
- Ata de Registro de Preços nº TRF2-ARP-2024/___, constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico SRP nº 900___/2024.

10.2 - Na hipótese de divergência, entre as alíneas “a” e “b”, prevalecerão às condições estipuladas no documento referido na alínea “a”.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO:

11.1 - O Contratante designará a Equipe de Fiscalização da Contratação, que será formada por 01 (um) servidor designado gestor do Contrato e 03 (três) servidores, sendo 01 (um) fiscal técnico, 01 (um) fiscal requisitante e 01 (um) fiscal administrativo, os quais exercerão, como representantes da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização do Contrato.

11.2 - Competem à Fiscalização, entre outras atribuições:

11.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos e materiais empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços.

11.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija, refaça ou reconstrua as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações.

11.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

11.3 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11.4 - A Contratada se submeterá a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do Contratante, quanto à execução dos serviços prestando todos os esclarecimentos solicitados.

11.5 - As irregularidades detectadas pela fiscalização do Contratante serão comunicadas por escrito à Contratada, para sua pronta correção ou adequação.

12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE GARANTIA:

12.1 - O prazo de vigência do presente Contrato iniciar-se-á a partir do 1º dia útil subsequente à data de sua assinatura pelo Contratante, inclusive, estendendo-se até o último dia da vigência da subscrição do(s) produto(s).

12.2 - O prazo de vigência da subscrição, em cada fornecimento, será de _____ meses (no mínimo 60 (sessenta) meses, conforme Proposta).

12.3 - Os prazos serão contados a partir da data do recebimento definitivo dos materiais, prevalecendo o prazo de garantia/validade fixado pelo fabricante ou fornecedor, caso seja maior.

Contrato nº TRF2-CON-2024/___ – Empresa contratada (ptj) *MINUTA*

Pág. 9



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:50:20.
Documento Nº: 4213898-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213898-7760>

SIGA



TRF2CAP202425507A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:59.
Documento Nº: 4217135.36851250-8538 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851250-8538>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900___/2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

12.4 - Durante o período da vigência, a Contratada será obrigada a reparar, corrigir no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

12.5 - As garantias de atualização de versão e a prestação dos serviços de suporte técnico deverão ser fornecidos durante todo o período de vigência da subscrição indicado no respectivo produto constante da planilha de formação de preços mencionada no subitem 6.1.1 da Cláusula Sexta.

12.6 - Durante o período de vigência do suporte das licenças fornecidas, deverão ser disponibilizados para o Contratante, sem qualquer ônus adicional, os seguintes itens:

12.6.1 - Acesso à base de conhecimento e fóruns de discussão dos produtos objeto do Contrato, via website do fabricante, visando obter informações sobre a solução fornecida.

12.6.2 - Acesso a novas versões (upgrades), atualizações e revisões (updates), e correções (patches) de software, via website do fabricante.

12.6.3 - Serviços de suporte técnico oficial do produto, com possibilidade de abertura de chamados, conforme descrito no item 24 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS NÍVEIS DE SERVIÇOS EXIGIDOS (NSE):

13.1 – Descritos detalhadamente no item 24 do Termo de Referência (Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico mencionado no preâmbulo).

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

15.1 – O Contrato poderá ser aditado conforme as disposições dos artigos 124 e 125 da Lei nº 14.133/21.

15.2 – No que se refere à alteração unilateral, mencionada no item anterior, a Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto contratado, até o limite de 25% (*vinte e cinco por cento*) do valor inicial atualizado, de acordo com o estabelecido no art. 125 da Lei 14.133/2021.

15.2.1 – As alterações unilaterais, mencionadas no item anterior, não poderão transfigurar o objeto do Contrato.

15.3 – Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua Visconde de Inhaúma, nº 68, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20091-007, endereço

Contrato nº TRF2-CON-2024/___ – Empresa contratada (pt) *MINUTA*

Pág. 10



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:50:20.
Documento Nº: 4213898-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213898-7760>

SIGA



TRF2CAP202425507A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:59.
Documento Nº: 4217135.36851250-8538 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851250-8538>

SIGA



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 900___/2024 – Fundam. na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 11.462/2023 Proc. nº TRF2-EOF-2024/00012

eletrônico dcont@trf2.jus.br, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

15.4 – Pela assinatura do presente termo, a Contratada autoriza o Contratante a deduzir o valor das multas aplicadas dos documentos fiscais pendentes de pagamento, em decorrência de descumprimento contratual.

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no art. 94 da Lei nº 14.133/2021, o presente instrumento de Contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por conta do Contratante

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL – SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato.

DESEMBARGADOR FEDERAL GUILHERME CALMON NOGUEIRA DA GAMA
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Presidente

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

Contrato nº TRF2-CON-2024/___ – Empresa contratada (ptj) *MINUTA*

Pág. 11



Autenticado com senha por PATRICIA TEIXEIRA JORGE - Assistente II / DCONT - 03/09/2024 às 14:50:20.
Documento Nº: 4213898-7760 - consulta à autenticidade em <https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4213898-7760>

SIGA



TRF2CAP202425507A



TRF2EDT202400173A



Assinado com senha por FERNANDA DE ANDRADE VECCHI - 05/09/2024 às 18:23:59.
Documento Nº: 4217135.36851250-8538 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/public/app/autenticar?n=4217135.36851250-8538>

SIGA